

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL: possíveis legados desse megaevento  
para a cidade de Porto Alegre.**

**Porto Alegre**

**2011**

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL: possíveis legados desse megaevento  
para a cidade de Porto Alegre.**

Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Educação Física apresentado à banca examinadora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para o título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof. Alberto Reinaldo Reppold Filho.

**Porto Alegre**

**2011**

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL: possíveis legados desse megaevento  
para a cidade de Porto Alegre.**

Conceito final:

Aprovado em.....de.....de.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. ....- UFRGS

---

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho - UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Queria agradecer a toda minha família por esta conquista, especialmente aos meus pais que estiveram comigo sempre apoiando todas as minhas decisões e me dando o incentivo necessário para chegar nesse momento. Obrigado Hony Morais Magno e Maria Conceição Lopes Cardozo, amo muito vocês.

Agradeço também a todos os funcionários e professores da ESEF que tornaram essa conquista possível facilitando o meu trabalho e de todos os alunos no decorrer do curso. Um abraço especial para os professores Alberto Monteiro, Alberto Reinaldo Reppold Filho (Betão), Marcelo da Silva Cardoso, Miriam Stock Palma e Rogério da Cunha Voser, professores os quais tive o prazer de trabalhar.

E a cima de tudo sou muito grato a todos os amigos que fizeram parte desses meus anos de ESEF. A barra do Galão inteira, começando pelo Felipe Marchetti (Marmita) que veio comigo da Administração para a EFI, e que apesar de traçarmos caminhos diferentes dentro do curso chegamos ao objetivo final juntos, valeu irmão! Ao Rodrigo de Azevedo Franke (Mini) que conseguiu inverter o processo, fazendo com hoje seja eu quem me espelhe nele e nas suas atitudes. A Patrícia Thurow Bartz (Patty Bartz) que com sua personalidade forte me conquistou. Ao Jeferson Dickel (Jefinho) que de discípulo passou a mestre. Ao Geison da Silva Garcia (Geisinho), o cara com o melhor coração da ESEF. Ao Eduardo Schmitz Magalhães (tio Figura), meu parceiro da noite e grande *brother* desse último ano de ESEF. Aos não “galonenses” Maurício Maia e Matheus Arns Gib um salve. Além do irmão que ganhei, Rodrigo Rodrigues (Digo Dignes), meu grande parceiro do início ao fim da faculdade, me dando várias “mãos” tanto dentro do curso quanto fora dele. Enfim, entendo que as pessoas que conheci se tornaram o grande propósito desse curso e somente por elas chego ao final. Por isso não só agradeço como dedico esse momento a elas. Obrigado! Amo vocês!

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de descrever os possíveis legados da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em uma de suas subdesdes, a cidade de Porto Alegre. O estudo é do tipo exploratório, com análise qualitativa, sendo realizado através de pesquisa bibliográfica e análise documental. Na pesquisa bibliográfica foi feito um extenso levantamento, em língua portuguesa, de títulos referentes aos legados dos megaeventos esportivos. Na análise documental foram considerados os documentos referentes ao evento, disponibilizados virtualmente no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, bem como o Plano Diretor da cidade. Os legados identificados dos megaeventos esportivos foram categorizados, e foi feito um comparativo com a realidade de Porto Alegre. Os principais legados identificados em Porto Alegre são: os na infraestrutura urbana, principalmente na mobilidade urbana; os sociais, como as realocações de moradores; e a possível consolidação da imagem da cidade como ponto turístico atrativo dentro e fora do país, fomentado sua economia. Dessa maneira, acreditamos que a relação custo-benefício possa ser produtora, visto que os gastos públicos se darão principalmente em melhorias que já se faziam necessárias na cidade. Para isso, devem ser respeitados os direitos sociais, contribuindo dessa maneira para o bem-estar dos cidadãos portoalegrenses, qualificando a imagem da cidade tanto para seus moradores quanto para futuros visitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** megaevento esportivo; Copa do Mundo de Futebol; legado.

## **ABSTRACT**

*The objective of this study was to describe the possible legacy of the Football World Cup in Brazil in one of its host cities: Porto Alegre. The study is an exploratory, with qualitative analysis, being conducted through literature search and document analysis. In the literature search it made an extensive survey in Portuguese language, concerning the mega sporting events. In the documentary analysis were considered the documents in the event, available virtually on the website of the Municipality of Porto Alegre, as well as the city's Master Plan. The legacies identified as related to sports mega-events were categorized, and was made a comparison with the reality of Porto Alegre. The main legacies identified are in the urban infrastructure, especially in urban mobility; the social, such as relocations of residents and the possible consolidation of the city's image as a tourist attraction in and outside the country. Thus, we believe that the cost-effectiveness can be productive, given that public spending will be mainly improvements needed already in the city. To carry out their improvements in the city the social rights must be respected, thus contributing to the welfare of the citizens Porto Alegre, calling the city's image for both its residents and for future visitors.*

**KEYWORDS:** *sports mega-events; Football World Cup; legacy.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Processo participativo entre os setores da economia com governança... ..	14
Ilustração 2 - Gráfico do Investimento Público para sediar as Olimpíadas.....	21
Ilustração 3 - Gráfico dos Direitos de TV da Copa do Mundo (em milhões de dólares).....	24
Ilustração 4 - Gráfico da Audiência Global da Copa do Mundo ( em milhões de expectadores).....	24
Ilustração 5 - Gráfico das Horas na TV da Copa do Mundo.....	24
Ilustração 6 - Gráfico do Número de Patrocinadores da Copa do Mundo.....	25
Ilustração 7 - Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre após a reforma.....	29
Ilustração 8 - Estádio Beira-rio após a reforma.....	30
Ilustração 9 - Arena do Grêmio.....	31
Ilustração 10 - Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre.....	33
Ilustração 11 - Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre após a reforma.....	33
Ilustração 12 - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre.....	34
Ilustração 13 - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre após a reforma.....	34
Ilustração 14 - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre.....	35
Ilustração 15 - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre após a reforma.....	35
Ilustração 16 - Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.....	36
Ilustração 17 - Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.....	36
Ilustração 18 - Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.....	36
Ilustração 19 - Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.....	36
Ilustração 20 - Avenida Tronco em Porto Alegre.....	37
Ilustração 21 - Avenida Tronco em Porto Alegre.....	37
Ilustração 22 - Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.....	37
Ilustração 23 - Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.....	37
Ilustração 24 - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre.....	38
Ilustração 25 - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre após a reforma.....	38
Ilustração 26 - Loteamento destinado para moradores da Vila Dique em Porto Alegre.....	51
Ilustração 27 - Loteamento destinado para moradores da Vila Dique em Porto Alegre.....	51
Ilustração 28 - Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.....	52
Ilustração 29 - Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estruturas <i>hard</i> e <i>soft</i> dos eventos.....	18
Tabela 2: Investimentos previstos em obras para a Copa-2014 (R\$ milhões).....	19
Tabela 3: Investimentos previstos por Cidades-Sede para a Copa-2014.....	20
Tabela 4: Investimentos públicos e privados na infraestrutura das cidades-sedes (%).....	22
Tabela 5: Receitas de Transmissão dos Jogos Olímpicos.....	25
Tabela 6: Caderno de propostas estratégicas de organização turística das cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	42
Tabela 7: Diretrizes da Estratégia Turística para a Copa de 2014.....	43
Tabela 8: Eixos Estratégicos de Atuação do Ministério do Turismo.....	44
Tabela 9: Avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que utilizaram o serviço das Embaixadas dos Torcedores, na Copa de 2006.....	46

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FIFA - Fédération Internationale de Football Association  
SABi UFRGS - Catálogo Online do Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
RBCE - Revista Brasileira de Ciências do Esporte  
Sibi USP - Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo  
BRT - Bus Rapid Transit  
CBIC - Câmara Brasileira da Indústria e Construção  
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Teca - Terminal de Carga Aérea  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
Demhab - Departamento Municipal de Habitação  
SECOPA - Secretária Extraordinária da Copa de 2014  
Planseq - Programa de Qualificação Social e Profissional do Plano Setorial de Qualificação para a Copa 2014  
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo  
INA - Instituto Nacional América  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
COI - Comitê Olímpico Internacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
<b>3 QUESTÕES DE PESQUISA.....</b>	<b>12</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>5 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>14</b>
5.1 IMPACTOS E LEGADOS.....	16
5.2 TIPOS DE LEGADOS.....	17
<b>5.2.1 Legado Econômico.....</b>	<b>18</b>
<b>5.2.2 Legado na Infraestrutura Urbanística.....</b>	<b>27</b>
5.2.2.1 Aeroporto Salgado Filho.....	28
5.2.2.2 Arenas Esportivas.....	29
5.2.2.3 Mobilidade Urbana.....	31
<b>5.2.3 Legado no Turismo e na hospitalidade.....</b>	<b>40</b>
<b>5.2.4 Legado Social.....</b>	<b>46</b>
<b>5.2.5 Legado Ambiental.....</b>	<b>56</b>
<b>5.2.6 Legado Cultural.....</b>	<b>60</b>
<b>5.2.7 Legado Intangível.....</b>	<b>63</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos têm aumentado de dimensão com o passar dos anos. Esse aumento faz com que as exigências para que os países/estados/cidades que desejam sediá-los sejam cada vez maiores. Nessa perspectiva são inegáveis as alterações que as sedes desses eventos sofrem para poder realizá-los. Essas alterações causam impactos que deixam marcas nos locais de realização, sejam positivos e/ou negativos, denominados legados dos megaeventos esportivos.

O Brasil vive um momento único em sua história no que diz respeito a megaeventos esportivos, pois realizará em sequência três eventos de grande magnitude que são: os Jogos Pan-Americanos ocorridos no Rio de Janeiro em 2007, a Copa do Mundo FIFA (Fédération Internationale de Football Association) em 2014, com sedes espalhadas pelo Brasil, e os Jogos Olímpicos em 2016, que serão sediados também pela cidade do Rio de Janeiro. Isso sem mencionar os Jogos Mundiais Militares sediados também pela cidade carioca em 2011, que teve a participação de mais de 5.000 atletas de 100 países, em 19 modalidades esportivas (RIBAS in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008), e os outros dois eventos futebolísticos de menor dimensão, que são a Copa das Confederações e a Copa América, previstas para 2013 e 2015, respectivamente.

Portanto, neste momento, torna-se imprescindível analisar e criar parâmetros para que saibamos que tipos de legado estes eventos deixarão em nosso país, contribuindo dessa forma para a compreensão de sua importância e dimensão, a fim de que possamos criar mecanismos para otimizar seus possíveis benefícios e diminuir seus possíveis prejuízos.

Um dos maiores eventos esportivos de todos é a Copa do Mundo de Futebol. Uma ideia do porte alcançado por este empreendimento da FIFA pode ser vista a partir da Copa 2006 na Alemanha que atraiu cerca de 2 milhões de turistas, gerou 20 mil empregos permanentes e incorporou 0,6% no PIB do país naquele ano que totalizou 1,6% de incremento (DAVIS, 2008 *apud* DACOSTA in: Legado de Megaeventos Esportivos, 2008). Para sediar um evento desses, o país candidato precisa que seu projeto contemple diversas modificações estruturais, não só nos locais de realização das partidas, mas também no restante da cidade, englobando questões como: transporte público, segurança, infraestrutura hoteleira, dentre outros. Porém, não somente os impactos estruturais se dão na cidade realizadora do evento, existindo também outras questões, como a social, que vai desde a aceitação dos moradores daquela localidade perante o evento e seu envolvimento com o mesmo, até o respeito aos seus direitos adquiridos como: moradia, direito ao lazer e aos benefícios do dinheiro público

investido e participação nas decisões sobre tudo que possa interferir em seu contexto. Apesar da dificuldade de se visualizar, não podemos deixar de lado o legado intangível, que pode ser particularmente evidenciado em termos de marca e no marketing da cidade bem como no aumento do orgulho cívico ou nacional por ter sediado com sucesso o evento (POYTER in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Como já citado anteriormente, em 2014 a Copa do Mundo FIFA será realizada no Brasil, com doze subdeses distribuídas pelo Brasil, sendo uma delas Porto Alegre. Podemos afirmar que depois de sediar a Universíade de 1963, que segundo Mazo (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) era considerada uma prévia dos Jogos Olímpicos, Porto Alegre, aproximadamente cinco décadas depois, volta a organizar um evento esportivo de tal dimensão como a Copa do Mundo de Futebol. A cidade gaúcha tem em seu projeto inicial alterações estruturais de grande impacto em seu contexto, que aliadas às demais mudanças causadas pela Copa do Mundo FIFA trarão conseqüências para a localidade e para seus cidadãos, tornado assim, Porto Alegre, um bom referencial para um estudo que vise identificar este processo.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais os possíveis legados da Copa do Mundo FIFA 2014 em uma de suas subdeses, a cidade de Porto Alegre?

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever os possíveis legados da Copa do Mundo FIFA 2014 em uma de suas subdeses, a cidade de Porto Alegre.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar quais os legados que os megaeventos esportivos têm deixado no contexto das cidades onde são realizados;

- b) Descrever quais as alterações que a cidade de Porto Alegre passará para que possa ser uma das subsedes da Copa do Mundo FIFA 2014;
- c) Analisar como Porto Alegre projeta o antes, o durante e o pós Copa do Mundo e quais atitudes já foram e já estão sendo tomadas no que diz respeito a cada uma das alterações identificadas como inerentes à Copa do Mundo FIFA 2014.

### **3 QUESTÕES DE PESQUISA**

- a) Quais os legados que os megaeventos esportivos têm deixado no contexto das cidades onde são realizados?
- b) Quais as alterações que a cidade de Porto Alegre passará para que possa ser uma das subsedes da Copa do Mundo FIFA 2014?
- c) Como a cidade de Porto Alegre projeta o antes, o durante e o pós Copa do Mundo e quais atitudes já foram e já estão sendo tomadas no que diz respeito a cada uma das alterações identificadas como inerentes à Copa do Mundo FIFA 2014?

### **4 METODOLOGIA**

Este estudo é do tipo exploratório, com análise qualitativa, sendo realizado através de pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica foi feita em fontes primárias tais como livros, revistas científicas, produções acadêmicas, artigos de revisão e banco dados, tanto de forma impressa quanto eletrônica. A pesquisa documental foi feita em documentos de fonte primária conservados em arquivos de órgãos públicos, ou disponíveis eletronicamente nos portais virtuais dos mesmos, e em documentos de fonte secundária como relatórios analíticos ou resumos realizados a despeito de documentos oficiais.

Desde o início da pesquisa foi feito um extenso levantamento bibliográfico sobre títulos, em língua portuguesa, pertinentes a megaeventos esportivos e seus possíveis impactos e legados, principalmente no que tange os efeitos da Copa do Mundo FIFA. Para a obtenção desse material foram selecionadas as seguintes palavras-chave para a pesquisa: 1) megaeventos esportivos; 2) Copa do Mundo FIFA; 3) legados e/ou impactos. Os dois primeiros itens foram combinados com terceiro formando a seguinte lógica de pesquisa: a)

megaeventos esportivos (1) + legados e/ou impactos (3); b) Copa do Mundo FIFA (2) + legados e/ou impactos (3). Esse procedimento de pesquisa foi usado no dia 15 de abril de 2011, nas seguintes ferramentas de busca nesta ordem: Catálogo Online do Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi UFRGS); Catálogo Online da Revista Movimento; Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE); Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo (Sibi USP); Google Acadêmico.

No SABi UFRGS a pesquisa resultou um total de 12 trabalhos, 10 foram selecionados conforme sua relação com o estudo proposto e 2 eram capítulos de um livro já selecionado. No Catálogo Online da Revista Movimento 4 registros foram encontrados, e apenas 1 selecionado, pois os outros 3 remetiam a questões técnicas e históricas do futebol, não pertinentes para o estudo. Na RBCE somente 1 registro foi localizado e selecionado. No Sibi USP 8 registros foram encontrados, porém todos remetiam a mesma obra, que já havia sido anteriormente selecionada. Na pesquisa realizada no Google Acadêmico foram encontrados 1282 registros, e, a título de filtragem, foram adicionados os seguintes termos referentes aos principais legados e/ou impactos que foram encontrados na leitura das obras anteriormente selecionadas. Os termos utilizados foram: econômico, turístico, hospitalidade, infraestrutura urbanística, social, cultural, ambiental, e intangível. Além disso, referências encontradas nas obras lidas também foram levadas em consideração, bem como indicações de terceiros.

Na pesquisa documental, após uma visita a sede administrativa da prefeitura de Porto Alegre a fim de encontrar o Plano Diretor da cidade - documento regulador das diretrizes da cidade - e documentos oficiais referentes a alterações no contexto da cidade causados pela Copa do Mundo FIFA, nos foi indicado o caminho para o acesso a estes documentos virtualmente no site da Prefeitura de Porto Alegre ([www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br)). A visita ao site foi feita no dia 20 de junho de 2011. Para localizar o Plano Diretor de Porto Alegre o caminho foi o seguinte: Secretarias => Planejamento => Plano Diretor. Os demais documentos encontram-se localizados em: Secretaria => SECOPA => Obras e Projetos. Os documentos localizados neste caminho foram: Cronograma das dez obras da Matriz de Responsabilidade; Duplicação da Avenida Voluntários da Pátria; Obras da Avenida Severo Dullius; Obras da Avenida Edvaldo Pereira Paiva; Sistema de Monitoramento Corredores; Obras Viaduto 3ª Perimetral; Obras Avenida Tronco; Obras Complexo Rodoviária; Projeto Bus Rapid Transit (BRT's); Obras do Aeroporto Salgado Filho; Transferências das Vilas Dique e Nazaré; Projeto de reforma do Estádio Beira-rio; Projeto da Arena do Grêmio. Além

disso, resumos e relatórios analíticos de documentos oficiais encontrados simultaneamente na pesquisa bibliográfica foram considerados. Outra fonte considerada foi o site oficial da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre, pertencente à prefeitura da cidade ([www.portoalegre2014.rs.gov.br](http://www.portoalegre2014.rs.gov.br)).

## 5 REVISÃO DE LITERATURA

Para que se possa compreender a relação entre os megaeventos esportivos e os locais sedes, primeiramente necessitamos entender quais são os papéis tanto do setor público quanto do setor privado, e como os interesses dos cidadãos estão incluídos e são respeitados por estes dois poderes. Diferentemente da teoria clássica utilizada no passado, onde o setor público era o único responsável por atender as necessidades da população, o neoclassicismo traz uma nova forma de se pensar em políticas públicas, dividindo entre os setores público e privado a responsabilidade de atender permanentemente os interesses sociais. Quando se fala em políticas públicas traz-se a tona questões como: transparência do processo de planejamento e do processo de gestão; prestação de contas à sociedade; oportunizar a equidade agindo em favor dos excluídos e dos que se encontram a margem da sociedade (BECHARA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Para melhor compreensão desta lógica administrativa, segue a Ilustração 1, que mostra a passagem da teoria clássica para a neoclássica.

Ilustração 1: Processo participativo entre os setores da economia com governança.

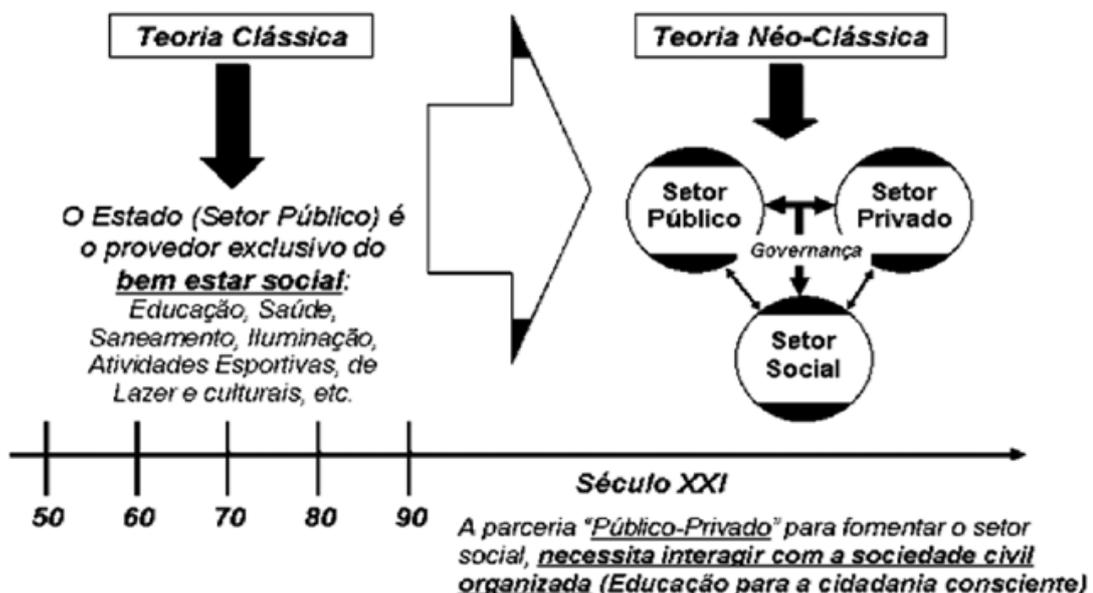


Ilustração retirada de Bechara (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008. Pág 251).

Nessa perspectiva, encontramos como um dos princípios do Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, segundo o Plano Diretor da cidade: “(...) a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação (Plano Diretor, parte 1, Art. 1º, parágrafo III)”.

Uma das visões, defendidas por Capela (2006), é a de que o esporte é hoje um grande negócio, inclusive considerado por alguns estudiosos da economia capitalista como o quarto setor das sociedades modernas contemporâneas (sociedade civil, sociedade política, ONGs e esportes – quarto setor), tamanho é o poder que seus mandatários e ídolos exercem no mundo contemporâneo simbólico, político e dos negócios. Os Jogos Olímpicos são capazes de mobilizar um mercado de aproximadamente 2,1 bilhões de pessoas e a Copa do Mundo de Futebol 4,2 bilhões. Capela diz que tais eventos são muito oportunos e lucrativos à iniciativa privada, pois já na sua forma de serem organizados está implícita uma grande estratégia de negócios e “obtenção de lucros”. Já os Estados nacionais, em troca de prestígio político e exposição de suas teses ideológicas garantem a infraestrutura para estes eventos, quase sempre com superfaturamentos. O autor ainda fala que, logo após a realização dos eventos, as estruturas “ociosas” são repassadas para serem exploradas por empresas privadas do esporte, por valores de concessão ínfimos, fechando-se, assim, o ciclo de apropriação dos Estados nacionais pelas elites capitalistas.

Vários são os vieses da realização de um megaevento esportivo por uma determinada cidade, não se restringindo apenas aos estádios e as instalações esportivas, mas sim, a várias questões que afetarão a cidade tanto durante o evento quanto após a competição. No caso da cidade de Porto Alegre, onde o estádio selecionado para a realização dos jogos é particular, o estádio José Pinheiro Borda (“Gigante da Beira-rio”) pertencente ao Sport Club Internacional, essas diversas questões tornam-se mais evidentes, uma vez que todo e qualquer investimento público não se destinará a reforma do Estádio em questão, e sim a melhorias em diversos setores da cidade, e a qualificação de pessoal para a recepção do evento. Desde os Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona, cidades têm usado os Jogos como catalisadores de regeneração e confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais (POYNTER in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Alguns impactos podem ser mensurados financeiramente ou com outras medidas concretas, enquanto há diversos outros em que uma resposta quantitativa se torna quase impossível de ser alcançada (REIS in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008, p. 126) afirma: “avaliar os efeitos de

megaeventos é uma tarefa complexa. Os custos e benefícios sociais para a cidade-sede não são fáceis de estimar”. Essa dificuldade deixa margem para que os resultados de vários estudos sobre impactos econômicos sejam mal interpretados por políticos de forma a apoiar seus objetivos políticos, como os próprios resultados sejam mal calculados por economistas, algumas vezes deliberadamente para agradar os patrocinadores da pesquisa, outras vezes sem intenção, de forma que o número de armadilhas nas estimativas dos benefícios de investimentos públicos seja enorme (KÉSENNE, 1999). Devido a essas indefinições tentaremos elucidar as questões relacionadas aos efeitos dos megaeventos, compartimentando-as de forma que se facilitem as futuras análises.

## 5.1 IMPACTOS E LEGADOS

Antes de tentarmos identificar quais são os possíveis impactos e futuros legados precisamos definir o que caracteriza cada um desses dois conceitos e como eles se encaixam na perspectiva dos megaeventos. Preuss (*apud* SEIXAS, 2010) fala que os impactos estão diretamente relacionados com todas as transformações ou implicações que repercutem na cidade sede durante o evento, enquanto os legados seriam todas as transformações ou implicações sofridas pela cidade sede que podem advir dos impactos previamente causados, geralmente surgindo após o evento. Outra característica, citada por Seixas (2010), é o fato de que muitas vezes um impacto negativo pode ser tornar um legado positivo, como no caso de reformas na estrutura viária da cidade acolhedora do evento, que instantaneamente gerará problemas como engarrafamentos, aumento da poluição, dentre outros, mas posteriormente trará benefícios para o tráfego da cidade. Segundo Poynter (*in*: Legados de Megaeventos Esportivo, 2008) os impactos ainda podem ser divididos em primários e secundários. Para o autor o impacto primário se relaciona com as receitas e custos específicos dos Jogos; o impacto secundário refere-se ao investimento em infraestrutura e ao desenvolvimento urbano subsequente que confere substância ao legado pós Jogos.

Já os legados seriam a herança que fica depois de um grande evento pontual (que ocorre em um curto espaço de tempo), como o Caso da Copa do Mundo de futebol (SEIXAS, 2010; VILLANO E TERRA *in*: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Para Bechara (*in*: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) falar de legados é falar dos benefícios levando em conta os prejuízos que serão resultados do megaevento. Já Poynter (*in*: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) ressalta que o conceito de legado de megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não esportivos como importante fonte de

legitimidade para receber os Jogos. Tavares (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007. pág. 78) resume bem como podemos lidar com os impactos e os legados gerados pelos megaeventos esportivos quando diz:

(...) o impacto pode ser controlado e medido, o legado pode ser planejado.

## 5.2 TIPOS DE LEGADOS

Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) afirma que as cidades experimentam efeitos tanto tangíveis quanto intangíveis, sendo praticamente inviável quantificar os intangíveis. O autor ainda ressalta que enquanto no tangível está a maior parte do foco dos estudos de impacto, ao utilizar análises de custo/benefício, as cidades sedes também têm identificado custos e benefícios intangíveis.

Para a melhor compreensão, Rolim, Mazo e DaCosta (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) definiram os legados tangíveis e intangíveis da seguinte maneira:

- a) Legados Tangíveis: toda e qualquer infraestrutura construída para o megaevento em questão. Este tipo de legado caracteriza-se pela possibilidade de mensuração e análise de suas características, como por exemplo, o custo-benefício ou qualquer outro tipo de análise econômica;
- b) Legados Intangíveis: são todas as implicações do megaevento que não podem ser mensuradas quantitativamente nem calculadas. Estão ligadas às questões culturais que um megaevento pode gerar e gera. Um exemplo claro deste tipo de legado é o sentimento de patriotismo que os residentes sentem durante e/ou após o evento.

Outra divisão, feita por Preuss (2007), propõe que os legados podem ser *hard* ou *soft*. O primeiro corresponderia às infraestruturas, a reorientação dos espaços da cidade, o aumento do conforto e as atividades econômicas. Já o segundo se referiria às questões mais subjetivas, como o ganho de confiança, de entusiasmo, reputação, status e orgulho da população local. Na tabela a seguir são mostrados alguns dos quesitos classificados por Preuss como legados *hard* e *soft*:

Tabela 1: Estruturas *hard* e *soft* dos eventos.

HARD	SOFT
Estrutura Primária: Infraestrutura desportiva, centros de treinamento, Estrutura Secundária: Vilas para os atletas, para os oficiais técnicos e para mídia; Estrutura Terciária: Segurança, usinas de força, redes de telecomunicações e atrações culturais (monumentos).	Conhecimentos: organizacional, segurança e tecnológico; Relacionamentos: políticos, através de federações desportivas e segurança; Bens Culturais: identidade cultural, ideias ou ideologias culturais e os fatos que ficam na memória.

Informações retiradas de Preuss (2007).

Preuss (*apud* SEIXAS, 2010) ainda não traz outra subdivisão de legados, porém com uma abordagem mais prática, classificando-os de outra forma, como medidas obrigatórias ou medidas opcionais. As medidas obrigatórias seriam aquelas transformações cruciais para a realização do evento em questão, e as medidas opcionais seriam todos os investimentos atrelados ao grande projeto do evento, mas que não seriam fatores determinantes para que o mesmo acontecesse, sendo as medidas opcionais responsáveis por uma maior abrangência do legado dos megaeventos.

Como já citado anteriormente, os legados tangíveis, *hard* ou as chamadas medidas obrigatórias são de mais fácil mensuração, e por isso os estudos a seu respeito aparecem em um número muito maior em relação aos intangíveis, *soft* ou as ditas medidas opcionais. Desta maneira, fica facilitada a tarefa de fragmentar os legados tangíveis, os analisando individualmente, visando uma maior compreensão dos mesmos. Com base na literatura da área e considerando as características específicas da cidade de Porto Alegre, propomos a seguinte compartimentação para facilitar a análise dos possíveis legados: **Legados Tangíveis** (econômico; na infraestrutura urbana; no turismo e na hospitalidade; social; ambiental; cultural) e **Legados Intangíveis**.

### 5.2.1 Legado Econômico

A promoção de grandes eventos esportivos tem sido uma estratégia de diversos países para a atração de investimentos e de atenção internacional. Os benefícios econômicos destes eventos retratam um argumento utilizado para justificar o esforço e o gasto público para sediar tais eventos (BETARELLI, DOMINGUES E MAGALHÃES, 2010). Promotores,

divulgadores do evento, dirigentes e políticos entendem que os megaeventos geram impacto positivo, movimentando diferentes setores da economia, utilizando esses fatores como forma de legitimação para sediar tais eventos (REPPOLD E PETERSEN-WAGNER, 2004).

O Comitê Organizador das Olimpíadas (COI) realizou um amplo estudo sobre o impacto econômico das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. O estudo mostrou que a cidade terá um incremento de cerca de R\$ 22 bilhões até a realização dos jogos, e após o evento, no período que vai até 2027, um incremento de aproximadamente R\$ 27 bilhões. Para a Copa brasileira de 2014, a Câmara Brasileira da Indústria e Construção (CBIC) (SIMÃO, 2007 *apud* DACOSTA in: Legado de Megaeventos Esportivos, 2008) estima que os investimentos públicos e privados somem 18 bilhões de reais, bem acima dos gastos de 2006 na Alemanha postos por Davis (*apud* DACOSTA in: Legado de Megaeventos Esportivos, 2008) com a cifra de 11,5 bilhões de reais. Neste sentido, podemos afirmar que um dos grandes fatores impulsionadores destes impactos, no caso de uma Copa do Mundo, é o próprio caderno de encargos da FIFA, que exige a disponibilidade de um estádio de futebol nos padrões europeus (o padrão FIFA) para cada cidade sede, além das inúmeras exigências com segurança e transporte público (SEIXAS, 2010).

Para melhor visualização desses investimentos no Brasil para a Copa de 2014, seguem duas tabelas retiradas de Betarelli, Domingues e Magalhães (2010). A primeira nos mostra as principais fontes de recursos, em termos nacionais, para as obras de infraestrutura urbana e de construção e adequação dos estádios brasileiros. A segunda mostra os investimentos previstos por cidade, e o quanto esses investimentos representam no seu Produto Interno Bruto (PIB), tanto em nível municipal quanto estadual.

Tabela 2: Investimentos previstos em obras para a Copa-2014 (R\$ milhões).

Fonte de recursos	Obras				Total	Part. (%)
	Infraestrutura urbana	Part. (%)	Estádio	Part. (%)		
BNDES	1499,0	14,8	3427,6	64,8	4926,6	32,0
Financiamento Caixa	6422,3	63,5	0,0	0,0	6422,3	41,7
Governo Distrital	0,0	0,0	340,0	6,4	340,0	2,2
Governo Estadual	1740,6	17,2	1156,4	21,9	2897,0	18,8
Governo Municipal	452,0	4,5	34,1	0,6	486,1	3,2
Clube Atlético Paranaense	0,0	0,0	113,0	2,1	113,0	0,7
Esporte Clube Internacional	0,0	0,0	130,0	2,5	130,0	0,8
São Paulo Futebol Clube	0,0	0,0	85,0	1,6	85,0	0,6
<b>Total</b>	<b>10113,9</b>	<b>100,0</b>	<b>5286,1</b>	<b>100,0</b>	<b>15400,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Esporte

Dados retirados de Betarelli et al. (2010).

Nota-se que para a Copa Brasileira o financiamento público será predominante, tanto nas obras de infraestrutura urbana quanto na reformulação a na construção de estádios. Os únicos investimentos privados citados são os dos três clubes que teriam seus estádios selecionados para a Copa. Porém, se sabe que o São Paulo Futebol Clube não terá mais seu estádio no evento, por vários motivos, um deles por não julgar necessárias todas as alterações na estrutura do seu estádio, contrariando as exigências da FIFA. Desta forma o novo projeto selecionado pela FIFA para a cidade de São Paulo é o de construção de um novo estádio pelo Sport Club Corinthians Paulista, utilizando também o capital privado. Outro fator a ser contextualizado é a alteração no projeto de reformulação do Estádio Gigante da Beira-rio, que anteriormente seria financiado em sua grande parte pelo próprio clube, mas agora será realizado em parceria com uma empreiteira de grande porte, em troca de concessões para utilização de áreas do estádio por um determinado prazo. Essa mudança, a princípio, não muda a lógica de investimento apenas privado na realização da obra.

Tabela 3: Investimentos previstos por Cidades-Sede para a Copa-2014.

Cidades-Sede	Valor (R\$ milhões)	Part. (%)	% PIB Mun.	% PIB Estadual
Manaus (AM)	1837,80	11,93	5,34	4,37
Fortaleza (CE)	1031,60	6,70	4,22	2,05
Natal (RN)	695,00	4,51	8,66	3,03
Recife (PE)	1168,00	7,58	5,64	1,88
Salvador (BA)	1131,30	7,35	4,23	1,03
Belo Horizonte (MG)	1431,60	9,30	3,75	0,59
Rio de Janeiro (RJ)	1910,00	12,40	1,37	0,64
São Paulo (SP)	3096,50	20,11	0,97	0,34
Curitiba (PR)	603,90	3,92	1,60	0,37
Porto Alegre (RS)	498,60	3,24	1,49	0,28
Cuiabá (MT)	894,70	5,81	11,32	2,10
Brasília (DF)	1101,00	7,15	1,10	1,10
<b>Total</b>	<b>15400,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,95</b>	<b>0,70</b>

Fonte: Ministério do Esporte (2010) e IBGE (PIB de 2007).

Dados retirados de Betarelli et al. (2010).

Analisando os dados por cidade notamos que Porto Alegre apresenta a menor parcela de investimento público dentre as cidades-sedes, totalizando cerca de R\$ 500 milhões, representando aproximadamente 3% do investimento total. Analisando os percentuais dos PIB's tanto municipal quanto estadual, notamos que os investimentos de Porto Alegre, juntamente com os de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, representam menores parcelas dentro de seus PIB's quando comparados às outras cidades brasileiras. Isso possivelmente

possa ser justificado pelo fato de que Porto Alegre, São Paulo e Curitiba serão as únicas cidades que terão estádios particulares na Copa, e a cidade do Rio de Janeiro por possuir obras remanescentes dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Uma forma de dimensionarmos a proporção dos investimentos brasileiros é os comparando com o de outras localidades que realizaram eventos do mesmo porte. Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) traz um gráfico que nos mostra qual a parcela de participação do setor público nos investimentos que custearam a realização de cada um dos jogos, de 1972 até 2012, com exceção das Olimpíadas de Moscou em 1980 e Atenas em 2004.

Ilustração 2: Gráfico do Investimento Público para sediar as Olimpíadas.

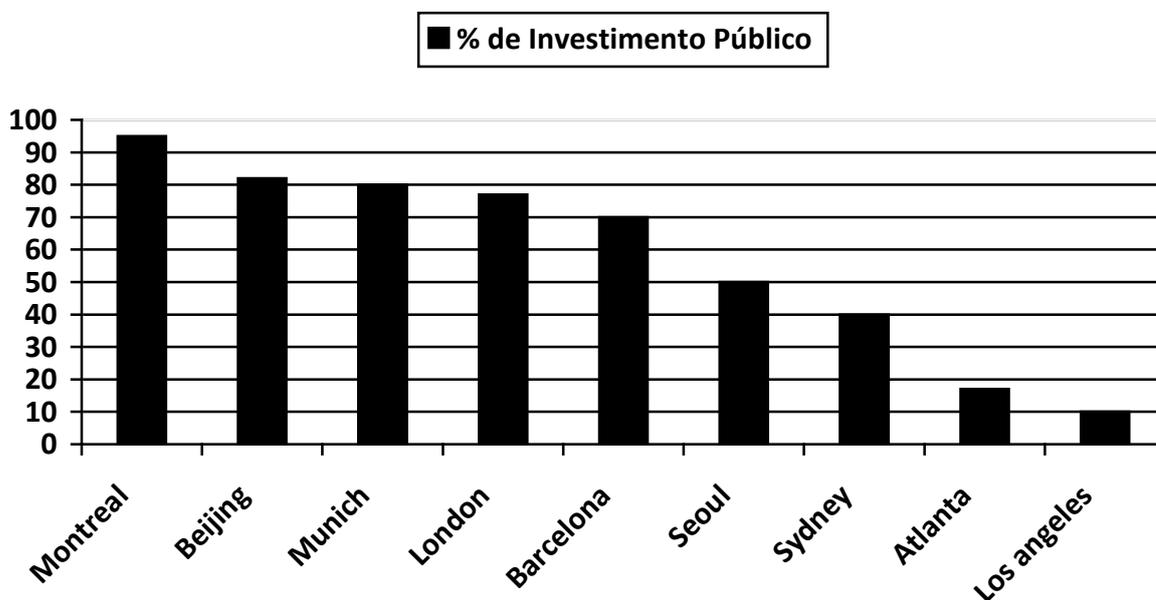


Ilustração retirada de Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Outras informações trazidas por Poynter em sua obra são os percentuais de investimentos públicos e privados na infraestrutura das cidades realizadoras dos eventos. São trazidos os números das Olimpíadas de Barcelona, Sidney e Beijing, juntamente com as previsões para as Olimpíadas de Londres, em 2012. Os números estão dispostos na tabela a seguir:

Tabela 4: Investimentos públicos e privados na infraestrutura das cidades-sedes (%).

<b>Cidade Olímpica</b>	<b>Investimento em Infraestrutura – valores atualizados (bilhões – US Dólar)</b>	<b>Fontes de Investimento: Setor Público (% do investimento total)</b>	<b>Fontes de Investimento Setor Privado (% do investimento total)</b>
Barcelona 1992	8.012	61,5	38,5
Sydney 2000	3.03	64,4	36,6
Beijing 2008	14.257	85,0	15,0
London 2012	13.7	64,2	35,8

Dados retirados de Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Observando as informações trazidas na ilustração 2 e na tabela 4, notamos que nas Olimpíadas de Beijing, comparada com as demais, ocorreu uma grande participação do poder público nas modificações estruturais da cidade e do país. Esse fato pode ser decorrente das características específicas da economia chinesa, que usou os jogos como forma de mostrar “sua força econômica na nova ordem mundial” (PREUSS in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007). Mesmo assim, segundo DaCosta ( in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) as Olimpíadas chinesas incrementaram a oportunidade de crescimento para o país, que já era visível, e deve durar, em ritmo decrescente, até 2050.

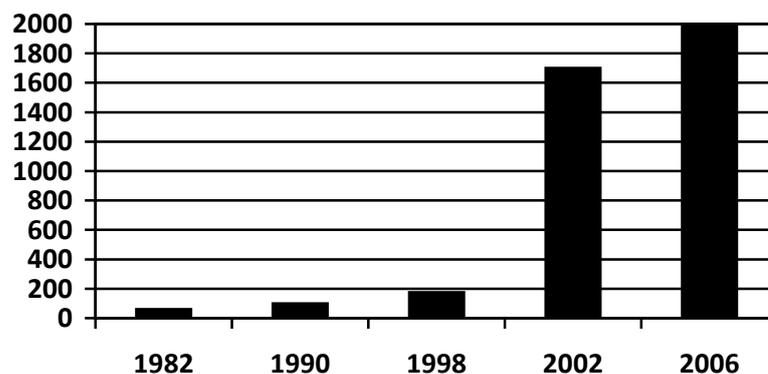
Um bom exemplo que pode ser considerado exitoso quando se fala em organização de grandes eventos é o da realização dos Jogos Olímpicos de 1992 pela cidade de Barcelona. Segundo Brunet (1995) os investimentos diretos e indiretos dos Jogos Olímpicos na cidade catalã oportunizaram o desenvolvimento da infraestrutura local, bem como o aumento no número de empregos permanentes e a consequente diminuição do desemprego. Além disso, o processo de regeneração urbana favoreceu seu reposicionamento no País – Espanha –, no continente e, por que não, no próprio contexto mundial (MORAGAS e BOTELLA, 1995).

Já um caso que pode ser considerado pouco exitoso é o dos Jogos Olímpicos de Atenas. Desde o princípio a escolha de Atenas foi cercada de desconfiança, visto que sua seleção como cidade sede era, por muitos, caracterizada muito mais como estratégia de *marketing*, devido ao fato de que depois de cem anos os jogos voltariam ao seu local de origem, do que a escolha de um país com condições para sediar os jogos. Mesquita (in: *Megaeventos Esportivos*, 2007) ressalta que nos Jogos de Atenas o investimento feito, além de elevado, superou consideravelmente o orçamento previsto inicialmente e que isto poderia ter sido evitado caso o comitê organizador tivesse mais eficiência na organização dos jogos. O autor fala também, que o governo federal financiou grande parte das obras, e que estas obras sendo financiadas pelos impostos de todas as cidades do país, deveriam beneficiar todas as cidades gregas, e não apenas a cidade de Atenas, e por esse motivo houve inúmeras reclamações da população não residente em Atenas. Mesquita ainda diz que as obras que foram benéficas para o país, como as reformas do aeroporto e do porto de Atenas, e a melhoria da infraestrutura hoteleira do mesmo não podem ser consideradas como legado do evento, visto que essas obras ocorreriam com ou sem a realização dos jogos, pois eram consideradas cruciais para a cidade. Um exemplo positivo de Atenas trazido pelo autor é o de que algumas instalações esportivas foram projetadas para se transformarem em instalações permanentes após os jogos, como escolas ou hospitais.

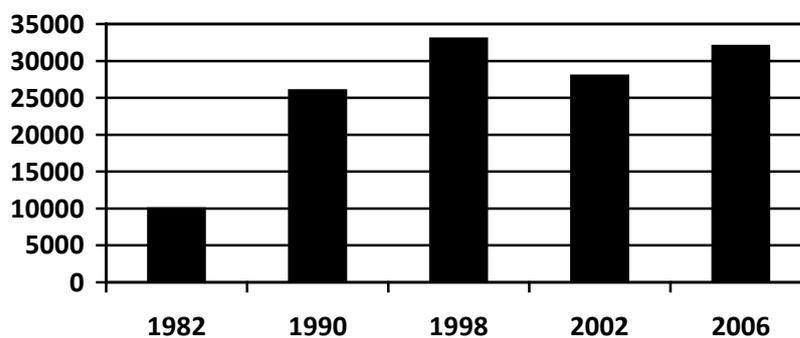
Outra forma de dimensionar a proporção dos megaeventos esportivos é acompanhar a evolução do interesse televisivo em adquirir os direitos de transmissão destes eventos, e conseqüentemente alterando o número de expectadores no mundo, atraindo cada vez mais patrocinadores e divulgando o país dentro e fora de suas fronteiras. Klein (in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007) traz alguns dados que refletem essa realidade, e estão dispostos a seguir:

Ilustrações 3, 4, 5 e 6: Direitos de TV (em milhões de dólares), Audiência Global (em milhões de expectadores), Horas na TV e Número de Patrocinadores, respectivamente, nas Copas da Espanha (1982), Itália (1990), França (1998), Coreia do Sul e Japão (2002) e Alemanha (2006).

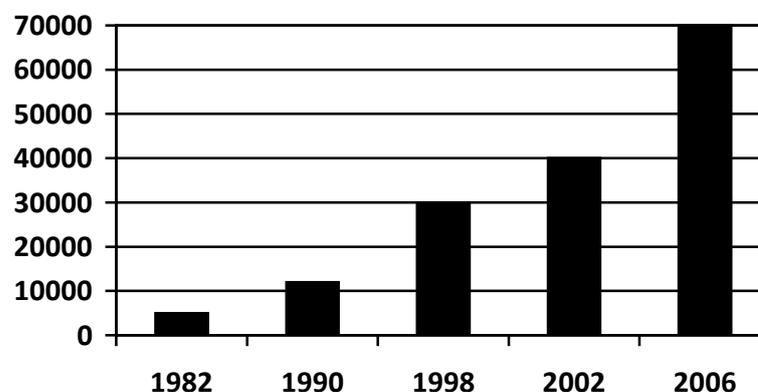
■ Ilustração 3 - Gráfico dos Direitos de TV (milhões de dólares)

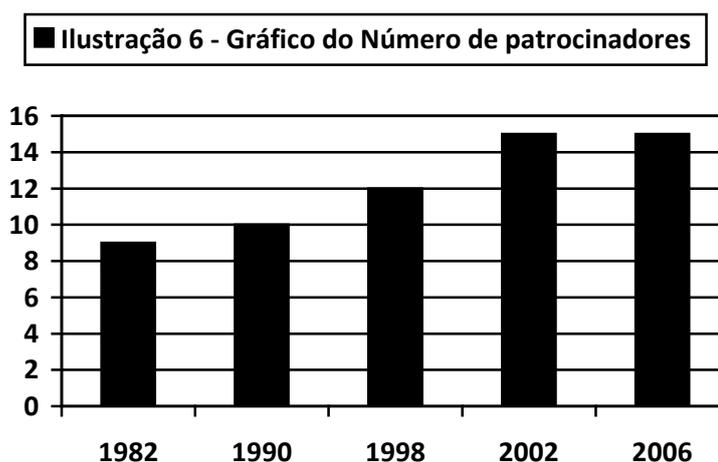


■ Ilustração 4 - Gráfico da Audiência Global (milhões de expectadores)



■ Ilustração 5 - Gráfico de Horas na TV





Gráficos adaptados de Klein (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007).

Seguindo essa mesma lógica, Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) apresenta os valores das receitas de transmissão dos Jogos Olímpicos no período de 1960 a 2008. Os dados estão listados na tabela a seguir:

Tabela 5: Receitas de Transmissão dos Jogos Olímpicos.

Ano	Cidade Olímpica	Receita de Transmissões em US Dollars (milhões)
1960	Roma	1.178
1964	Tóquio	1.578
1968	México	9.750
1972	Munique	17.79
1976	Montreal	34.86
1980	Moscou	87.98
1984	Los Angeles	286.9
1988	Seoul	402.6
1992	Barcelona	636.0
1996	Atlanta	898.2
2000	Sydney	1,331.5
2004	Atenas	1,494.0
2008	Beijing	1,706,0 (estimativa em março de 2005)

Dados retirados de Klein Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Observando os dados notamos claramente um crescimento do interesse dos meios de comunicação, especialmente a televisão, nos grandes eventos esportivos como Olimpíadas e

Copa do Mundo. As redes de televisão enxergam a oportunidade de transmitir as competições como fonte de prestígio e também como forma de geração de lucros, por exemplo, através da venda de comerciais (PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007). Conseqüentemente, essa visibilidade trazida ao local pode ser utilizada como forma de divulgação e criação de uma imagem positiva visando à atração de investimentos, incrementando futuramente a economia do lugar.

Segundo Reppold e Petersen-Wagner (2004) existem na literatura internacional duas linhas de pensamento quando se fala de impactos econômicos gerados por eventos de grande escala. Uma de que existem sim impactos econômicos consideráveis gerados por megaeventos esportivos e outra que indica uma pequena modificação na economia das cidades após esses eventos. Segundo os autores ainda existem estudos que indicam que os megaeventos podem até mesmo produzirem efeitos negativos para as cidades que os sediam. Em contrapartida, os organizadores geralmente alegam que eventos, como a Copa do Mundo, geram estímulos para os negócios domésticos (e.g. restaurantes, hotéis e outros negócios) e, portanto, benefícios econômicos maiores que os custos (NOLL E ZIMBALIST, 1997).

No caso brasileiro, percebe-se que mensurar o quanto de investimento o Brasil, e conseqüentemente a cidade de Porto Alegre receberá para que seja sede da Copa não parece uma tarefa das mais difíceis, porém mensurar o quanto estes investimentos trarão de retorno economicamente para a cidade nos traz certa dificuldade. É provável que o Brasil tenha grande visibilidade com a promoção dos megaeventos esportivos agendados, contudo os benefícios econômicos que tais eventos trarão para o país são difíceis de estimar, pois envolvem obras de infraestrutura urbana, reformas/construção de estádios, fluxos turísticos, investimentos privados (rede hoteleira, por exemplo) e divulgação internacional do país (NOLL E ZIMBALIST, 1997).

Para Preuss (in: *Legados de Megaeventos Esportivos*, 2008), há pouca relevância dos investimentos públicos em megaeventos esportivos, como Olimpíadas e Copa do Mundo, comparados com custos com saúde ou entretenimento, mas esses investimentos, mesmo que irrelevantes comparativamente, produzem um impacto muito grande na cidade sede, embora este mesmo seja de difícil mensuração. Preuss ainda propõe a existência de três principais efeitos econômicos quando se fala de megaevento esportivo: comunicação de mensagens sobre a característica do local e suas vantagens, o que possibilita a criação de uma nova imagem e uma marca registrada para a localidade; a atividade econômica temporária, que ocorre apenas momentaneamente com o consumo gerado pelos visitantes do evento, os

investimentos em instalações esportivas e todo o dinheiro gasto em atividades relacionadas ao evento; e o legado, definido como uma atividade econômica de longo prazo, viabilizada através de mudança das circunstâncias locais. O autor também introduz na discussão o conceito de eficiência, representado pela fórmula:  $E = I/R$ , onde I seria o investimento realizado e R o resultado obtido em razão do investimento (se o resultado final for maior que um, tem-se eficiência).

O principal resultado da Copa de 2014 parece ser a melhoria da infraestrutura urbana nas cidades-sede, o que representa efetivamente impacto de longo prazo na eficiência econômica de diversas cidades. Além disso, percebe-se que o impacto econômico tende a diminuir com o financiamento público para as obras de estádios de futebol, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas (BETARELLI, DOMINGUES E MAGALHÃES, 2010). Também se sabe que será difícil avançar com segurança para os megaeventos se não houver no médio e longo prazo, ações estruturantes para que as atividades e as práticas esportivas tenham competições continuadas e regulares, que consigam atrair praticantes, público, mídia, patrocinadores e investidores (KLEIN in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007).

### **5.2.2 Legado na Infraestrutura Urbanística**

As modificações na infraestrutura urbanística podem ser consideradas a base para qualquer análise que se faça a despeito de legados de megaeventos, visto que os maiores investimentos, tanto públicos quanto privados, se dão nestas obras. Desta forma, de maneira geral aparece inclusa nas análises dos demais efeitos dos eventos esportivos de grande porte, principalmente no que diz respeito ao impacto e ao legado econômico, sendo bastante observadas no subitem anterior, porém de maneira mais global.

Analisando o caso da Copa do Mundo em Porto Alegre, mais especificamente, encontramos como principais alterações na infraestrutura urbana ligadas ao evento: o Projeto “Gigante Para Sempre” do Sport Club Internacional, que foi o local selecionado para abrigar as partidas da copa; as obras de mobilidade urbana, tanto no entorno do estádio e do aeroporto quanto nos demais pontos considerados cruciais para a melhora do trânsito na cidade; a reforma do Aeroporto Salgado Filho. Além disso, questões como a melhoria da infraestrutura hoteleira e do aparato de segurança da cidade devem ser levadas em consideração. Tavares (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) ainda traz a tona o

conceito de *overlay*, que se refere aos locais ou instalações temporárias, ou seja, ambientes existentes para atender as necessidades do evento, como praças de alimentação, instalações destinadas à imprensa, segurança específica do evento, dentre outros.

Alguns projetos não estão exclusivamente ligados ao evento, não sendo necessários para a sua realização, porém a oportunidade gerada pela Copa de 2014 estimula os investimentos na cidade, fazendo com alguns projetos saiam do papel. Um exemplo disto é o Projeto de Revitalização do Cais do Porto, que tem seu prazo de entrega para 2014, por ocasião da Copa do Mundo. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), para a obra serão investidos aproximadamente R\$ 500 milhões e gerados mais de 10 mil empregos. A revitalização do Cais Mauá prevê áreas para comércio, turismo, lazer e cultura. Será concedida à iniciativa privada uma área de 181 mil metros quadrados com cerca de três quilômetros de extensão, entre a Usina do Gasômetro e a Estação Rodoviária.

#### 5.2.2.1 Aeroporto Salgado Filho

Um sistema aeroportuário eficiente, capaz de suportar a demanda oriunda da Copa do Mundo, aparece como um das exigências da FIFA para a cidade realizadora do evento. O aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, possui atualmente um movimento diário (chegadas e partidas) que gira em torno de 174 voos regulares (INFRAERO, 2011). A movimentação de passageiros no aeroporto da capital tem sido crescente, com incremento de 180,9 mil viajantes nos primeiros quatro meses do ano em comparação com o volume verificado com base nos dados verificados desde o ano de 2007 (PMPA, 2011).

Segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre, para a Copa de futebol, o projeto de reforma do aeroporto da cidade tem como objetivo a ampliação de sua pista, buscando o aumento da competitividade das exportações gaúchas através da diminuição do custo de transporte. O Aeroporto receberá grandes investimentos até dezembro de 2011. Eles serão destinados à construção de novo Terminal de Carga Aérea (Teca), com área total de 72 mil m<sup>2</sup>. O novo Teca possibilitará o incremento nas operações de exportação e importação. Também serão aplicados na ampliação da pista em 920 metros no sentido Leste, com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A obra permitirá ao Salgado Filho receber aviões com maior capacidade de transporte de carga. Ainda segundo site da Prefeitura da capital, também existe a proposta de construção de um novo edifício-garagem, com vagas para 1,4 mil veículos.

Ilustração 7: Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

A obra é de responsabilidade dos governos federal (Infraero), estadual (Secretaria da Habitação, Fepam) e prefeitura, através do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), responsável pela transferência de famílias das vilas Dique e Nazaré, que possibilitará a ampliação da pista (PMPA, 2011).

#### 5.2.2.2 Arenas esportivas

O conceito principal e que norteia os projetos contemporâneos quando se fala em arena esportiva é o da multifuncionalidade, porém sem abrir mão de aspectos que hoje se tornaram essenciais ao novo perfil de frequentadores, como segurança e conforto. Essa multifuncionalidade dos estádios faz com que o capital privado enxergue com outros olhos essa oportunidade, vislumbrando-a como rentável, e desta maneira dividindo com o poder público a tarefa de reaparelhamento da infraestrutura esportiva no país (ARAÚJO in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Porto Alegre possui dois clubes de grande apelo popular, o Grêmio de Football Portoalegrense e o Sport Club Internacional, somando aproximadamente sete milhões de

seguidores (DATA FOLHA, 2010). Essa capacidade de atrair torcedores aliada a oportunidade de investimento gerada pela Copa está criando a possibilidade para que os dois clubes evoluam estruturalmente através de parcerias com empresas privadas para a construção e reformulação de seus estádios, em troca da concessão da exploração de espaços das arenas por essas empresas, por um determinado período.

Os projetos, tanto o do Internacional, que possui o estádio sede dos jogos em si, quanto o do Grêmio, que será utilizado como campo de treinamento pelas seleções presentes na cidade, estão inclusos entre as obras específicas para o evento. Desta forma, estão listados juntamente com as demais obras, no portal da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA). As diretrizes dos projetos encontradas no portal estão colocadas a baixo:

- a) Projeto Gigante Para Sempre: o projeto "Gigante Para Sempre", para remodelação do Complexo Beira-Rio, fará com que o Sport Club Internacional se adapte às exigências e padrões internacionais do futebol, pronto para sediar qualquer jogo nacional ou internacional. O projeto dará maior comodidade ao torcedor que vai a jogos, shows no Gigantinho, ao Centro de Eventos, ou apenas usufrui de lojas e restaurantes. Além das obras relacionadas ao estádio será construído um hotel, que aproveitará a estrutura que o complexo oferecerá, além de sua localização privilegiada, e uma marina na orla do Guaíba, dando nova possibilidade de acesso ao complexo.

Ilustração 8: Estádio Beira-rio após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- b) Projeto da Arena do Grêmio: o complexo da Arena do Grêmio terá construções destinadas ao esporte, lazer, comércio, residências e de serviços com 650 mil metros quadrados no bairro Humaitá, em área definida pelo Plano Diretor como corredor de desenvolvimento. O complexo contará com hotel, shopping, centro de convenções, edifícios residenciais, torres empresariais e a arena, com 90 mil m<sup>2</sup> (PMPA, 2011).

Ilustração 9: Arena do Grêmio.



Imagem retirada do portal da PMPA.

As novas arenas, além de trazerem benefícios aos expectadores da copa e aos torcedores dos clubes, podem incrementar o desenvolvimento das regiões onde estão instaladas, desde que sejam respeitados, principalmente, os direitos dos cidadãos residentes nos locais. Um exemplo disso pode ser particularmente evidenciado no Projeto da Arena do Grêmio, onde comunidade do bairro Humaitá será contemplada também com a construção de novos prédios para escolas públicas totalmente integradas com centros comunitários (PMPA, 2011).

### 5.2.2.3 Mobilidade Urbana

Para abrigar um megaevento esportivo a cidade realizadora deve possuir uma adequada infraestrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes do evento, englobando questões como o acesso e a proximidade dos aeroportos, além de mecanismos que permitam deslocamentos rápidos e seguros entre os principais locais do evento (Raeder,

2010). Na área de mobilidade, a previsão de investimentos no Brasil, em 2008, é de quase R\$ 1 bilhão. Até 2014, serão cerca de R\$ 3 bilhões em aeroportos regionais, nacionais, internacionais, rodovias, entre outras ações (FERNANDES, 2008).

Em conjunto a essas necessidades do evento aparecem os interesses da cidade, que possuem anseios e princípios que norteiam sua planificação urbana, e devem ser respeitados para que o processo de transformação da cidade seja exitoso. Dentre as estratégias para o desenvolvimento urbano contidas no Plano Diretor de Porto Alegre, destacam-se os seguintes itens, no que se refere à mobilidade urbana:

I - prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;

II - redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental;

III - capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio - incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas;

IV – Plano de Transporte Urbano Integrado, compatível com esta Lei Complementar, integrado à Região Metropolitana;

V - resguardo de setores urbanos à mobilidade local;

VI - estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas à reconquista dos logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular.

VIII – desenvolvimento de sistema de transporte coletivo de passageiros por via fluvial, aproveitando as potencialidades regionais.

(Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo II, art. 6º).

Dentre as principais obras para a Copa em Porto Alegre destacam-se as com impacto na mobilidade urbana. Elas trarão alterações e possivelmente benefícios não só no entorno dos estádios e do aeroporto Salgado Filho, mas sim em toda a estrutura viária da cidade. No portal da SECOPA encontram-se informações sobre as principais obras e projetos relacionados ao evento na cidade. Dentre elas, oito podem ser consideradas de mobilidade urbana:

- a) Duplicação da Avenida Voluntários da Pátria: importante via de acesso para moradores e expectadores oriundos da Zona Norte de Porto Alegre e do Aeroporto Salgado Filho que desejem se deslocar para o Estádio Beira-rio através das Avenidas

Mauá e Edivaldo Pereira Paiva. Relevante para a cidade, pois além de desafogar o trânsito no centro, será uma importante via de ligação entre o centro e a zona norte, possibilitando o desenvolvimento e a revitalização do Quarto Distrito e do bairro Humaitá.

Ilustração 10: Avenida Voluntários da Pátria e Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Ilustração 11: Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- b) Obras na Avenida Severo Dullius: obra que tem como objetivo melhorar o acesso entre a Avenida Assis Brasil e o Aeroporto Salgado Filho. Consolidar-se-á como via de ligação entre o aeroporto e a Zona Norte e as cidades de Gravataí e Cachoeirinha, sendo de fundamental importância para complementação do plano viário da região.

Ilustração 12: Avenida Severo Dullius em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Ilustração 13: Avenida Severo Dullius em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- c) Obras na Avenida Edvaldo Pereira Paiva: obra crucial para o acesso ao Estádio Beira-rio e à Zona Sul portoalegrense, sendo inclusive uma das primeiras obras específicas para a copa a ser iniciada no país.

Ilustração 14: Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Ilustração 15: Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- d) Sistema de Monitoramento dos Corredores de Ônibus: o projeto consiste na implantação do sistema de monitoramento em tempo real, através de dispositivos embarcados, paradas inteligentes, sistema de controle semafórico adaptativo, sistemas de telecomunicações, centro de comunicações e processamento e centro de controle operacional, com o objetivo de qualificar e otimizar a operação do sistema de transporte coletivo.
- e) Obras nos Viadutos da 3ª Perimetral: faz parte deste conjunto de empreendimentos a construção de cinco interseções em nível ao longo da Avenida 3ª Perimetral para melhorar o tráfego de veículos ao longo da via. As cinco obras previstas permitirão a melhoria do tráfego na Avenida 3ª Perimetral e nas vias transversais, reduzindo ou mesmo eliminando congestionamentos hoje ocorrentes tanto ao longo da 3ª Perimetral quanto nas vias que lhes são transversais.

Ilustrações 16 e 17: Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

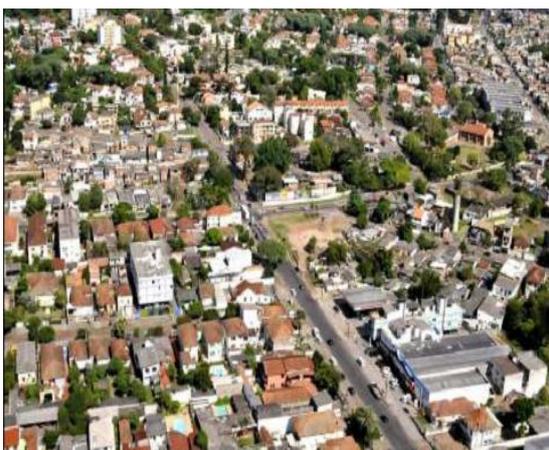
Ilustrações 18 e 19: Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

- f) Obras Avenida Tronco: também faz parte deste conjunto de empreendimentos a duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre. Talvez a iniciativa de maior relevância no conjunto de obras a ser concluído até 2014. Trata-se de um eixo estruturador do sistema viário da cidade, facilitando o trânsito entre os bairros Cristal e Tristeza e a Zona Sul com as vias que conectam com as zonas Norte, Nordeste e Leste da cidade, bem como alternativa de ligação da Zona Sul ao Centro da cidade. A Avenida comporá o anel viário em torno do Estádio Gigante da Beira-Rio, juntamente com as avenidas Gastão Hassloscher Mazon, Érico Veríssimo, Aureliano de Figueiredo Pinto, Edvaldo Pereira Paiva, Padre Cacique e Chuí, facilitando o acesso ao estádio, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, notadamente nos dias de jogos.

Ilustrações 20 e 21: Avenida Tronco em Porto Alegre.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

Ilustrações 22 e 23: Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

- g) Obras no Complexo da Rodoviária: as obras, que complementam a Primeira Avenida Perimetral, solucionarão o conflito de fluxo entre veículos particulares e transporte público existente nas proximidades da Estação Rodoviária de Porto Alegre, concorrendo para melhor trafegabilidade na região central da capital.

Ilustração 24: Complexo da Rodoviária em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Ilustração 25: Complexo da Rodoviária em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

h) Projeto *Bus Rapid Transit* (BRT's): serão implantados três corredores exclusivos para ônibus nas avenidas Protásio Alves, Assis Brasil e Bento Gonçalves. Faz parte deste conjunto de investimentos, a implantação de um sistema para qualificação do transporte coletivo da cidade. A solução proposta visa eliminar os problemas de congestionamento e baixa velocidade, com uma rede de linhas troncais e alimentadoras. Os passageiros de ônibus procedentes dos bairros da Capital e da Região Metropolitana desembarcarão nos portais e no terminal Triângulo. Desse terminal, tomarão ônibus articulados especiais para seguir viagem dentro da cidade. Os veículos percorrerão corredores exclusivos em direção ao centro de Porto Alegre. Também haverá conexões entre os portais. A ideia é reduzir o volume de ônibus que se deslocam por dia ao Centro, 33 mil em média. O projeto prevê que os ônibus partam de três em três minutos dos portais. O passageiro continuará pagando apenas uma passagem, mesmo tomando mais ônibus, desde que não saia dos portais ou das estações. Nos trajetos, serão construídas estações de embarque e de desembarque com plataforma elevada em relação à via. O passageiro pagará ao ingressar nas estações. Cada portal terá um prédio, com terminal de ônibus, estacionamento subterrâneo para carros e bicicletário.

Percebe-se que a mobilidade urbana é um dos eixos centrais do projeto portoalegrense para a Copa. Todas as obras estão voltadas para melhorias nas condições de trânsito de veículos automotivos, sejam particulares ou coletivos.

Um meio de transporte pouco difundido na capital, e que já se mostrou exitoso em outros países, é a bicicleta. Dentro das alterações na mobilidade urbana específicas para a Copa do Mundo, o único projeto que contempla ciclovias é o da Avenida Edivaldo Pereira Paiva, que prevê uma ciclovia com 2,5 metros de largura, paralela ao Guaíba. No Plano Diretor de Porto Alegre, uma das estratégias para o desenvolvimento urbano, no que se refere à mobilidade urbana, preconiza a construção de:

V - Ciclovias com características geométricas e infraestruturais próprias ao uso de bicicletas;

(Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo II, art. 9º).

Sendo assim, Porto Alegre poderia utilizar as modificações estruturais provocadas pela Copa do Mundo para fomentar a utilização desse meio de transporte, desafogando o tráfego

de carros e de ônibus na cidade, diminuindo a emissão de gases poluentes, além de promover um estilo de vida mais saudável.

### 5.2.3 Legado no Turismo e na Hospitalidade

O turismo esportivo pode ser entendido como “todas as atividades específicas de viagens com vistas ao acompanhamento, desempenho e participação exercidos em eventos esportivos” (ANDRADE, 1995). Em um mundo em que as distâncias estão cada vez menores, resultado de fatores tecnológicos, políticos, econômicos e culturais, os megaeventos podem se transformar em uma espécie de vitrine da cidade ou do país que os sediam, enfatizar os seus aspectos positivos e torná-los conhecidos em nível internacional. Os megaeventos esportivos, em particular, por tratarem de uma área apreciada por um grande número de pessoas, independentemente de idade, sexo, classe social, nacionalidade ou religião, – às vezes – são o único elo entre povos tão diferentes. Não por acaso, dois dos maiores megaeventos mundiais têm como tema o esporte: a Copa do Mundo de Futebol – a mais popular de todas as modalidades esportivas – e os Jogos Olímpicos (FERNANDES, 2010).

Um evento esportivo do porte da Copa do Mundo FIFA funciona como uma grande vitrine do país no exterior e corresponde a um salto de décadas no desenvolvimento do turismo e da infraestrutura (FERNANDES, 2010). Gestores e empreendedores defendem a ideia de que os grandes eventos internacionais podem gerar uma imagem “mais qualificada” para a cidade sede, fazendo com que durante e após o evento se incremente o número de turistas com alto poder aquisitivo dispostos a consumir produtos e se utilizar de serviços locais (RAEDER, 2010).

Devemos ter a noção de que este incremento não se dará única e exclusivamente pelo fato da realização do evento no local, e que existe a necessidade de outras ações concomitantes para que o país incremente seu apelo turístico. Na Copa de Mundo de 2002, por exemplo, houve um acréscimo de apenas trinta mil turistas ao Japão, enquanto na Coreia do Sul o número se manteve igual (HORNE *et al.*, 2004 in: REPPOLD E PETERSEN-WAGNER, 2004). Um fator que pode se tornar negativo para a imagem turística do país é a criminalidade. No caso do Brasil, que se caracteriza por ser um país de desigualdades, a presença de um grande número de turistas concentrados geograficamente pode criar um ambiente que maximize a oportunidade para os crimes, pois os turistas possuem uma série de características que os fazem mais vulneráveis a ações criminosas que os residentes, e quando estes crimes ocorrem com atletas ou jornalistas, por exemplo, pode ser dada uma dimensão

exacerbada, contribuindo para a divulgação de uma imagem negativa fora do país (SILVA in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007).

Quando se fala de legado no turismo e na hospitalidade levamos em consideração não só o número de turistas que virão ao nosso país nas proximidades e durante os jogos, mas sim o quanto o local se tornará atrativo ou fomentará seu turismo após os jogos. Para isso a localidade deve definir como pretende ser vista internacionalmente e que atrações pretende mostrar para seu público visitante, e o quanto essas atrações deixarão de imagem positiva para possíveis retornos e para uma divulgação positiva fora da cidade, aumentando a visibilidade turística do lugar. Para deixar essa boa impressão não basta que o lugar ofereça oportunidades interessantes para os visitantes, mas sim, se deve levar em consideração o tratamento que será dado aos mesmos, seja no que tange as questões de qualidade do serviço prestado (informações, acessibilidade, transporte, etc) tanto que diz respeito a questões como disponibilidade dos cidadãos locais em receber os visitantes, criando uma cultura de cidade turística.

Seguem algumas diretrizes do Ministério do Turismo para a otimização da atividade turística antes e depois da Copa do Mundo:

Tabela 6: Caderno de propostas estratégicas de organização turística das cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

<b>Diretrizes</b>	<p>Infraestrutura básica;  Acesso integral e regional;  Marketing;  Gestão pública e governança;  Qualificação;  Serviços e equipamentos turísticos;  Sustentabilidade.</p>
<b>Resultados intermediários</b>	<p>Aumento do número de turistas nacionais e internacionais;  Qualidade da oferta;  Exposição na mídia;  Aproveitamento turístico do entorno dos destinos.</p>
<b>Objetivos Operacionais</b>	<p>Estruturação e preparação das cidades;  Atratividade e satisfação dos turistas;  Promoção e imagem;  Desenvolvimento de ambiente de investimentos.</p>
<b>Objetivo</b>	<p>Proporcionar às cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 condições ótimas de atendimento aos turistas, promovendo a imagem do Brasil e o legado de um ambiente de desenvolvimento sustentável.</p>

Tabela adaptada da Proposta Estratégica de Organização Turística Copa do Mundo 2014

(MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Tabela 7: Diretrizes da Estratégia Turística para a Copa de 2014.

<b>Diretriz</b>	<b>Fatores Críticos de Sucesso</b>
Serviços e equipamentos turísticos	Serviços de hospedagem; Serviços de alimentação; Atrativos turísticos; Centro de atendimento ao turista; Sinalização turística.
Qualificação	Segurança para o turismo; Hospedagem; Alimentação; Receptivo; Serviços em geral.
Marketing	Planejamento de marketing.
Gestão pública e governança	Fundos e linhas de financiamento; Articulação e cooperação para o desenvolvimento do turismo; Coordenação institucional.
Sustentabilidade	Enfrentamento à exploração infanto-juvenil; Produção associada à cultura; Meio ambiente.
Acesso	Acesso aéreo; Acesso rodoviário; Acesso aquaviário (quando aplicável).
Infraestrutura	Aplicação dos recursos em consonância com a Copa do Mundo

Tabela adaptada da Proposta Estratégica de Organização Turística Copa do Mundo 2014  
(MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Tabela 8: Eixos Estratégicos de Atuação do Ministério do Turismo

<b>Mobilidade</b>	Aeroportos; Estradas; Terminais Rodoviários / Ferroviários.
<b>Acessibilidade</b>	Sinalização; Infraestrutura urbana e equipamentos; Transporte de massa.
<b>Hospedagem</b>	Ampliação da quantidade de leitos; Qualificação de empreendimentos; Promoção de investimentos.
<b>Qualificação</b>	Qualificação de Receptivo / Idiomas; Fortalecimento Institucional; Certificação.

Tabela adaptada da Proposta Estratégica de Organização Turística Copa do Mundo 2014  
(MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Nos 65 principais destinos brasileiros, o Ministério do Turismo investirá aproximadamente R\$3 bilhões em acessibilidade. Na área de qualificação, o Ministério do Turismo tem desenvolvido uma série de ações em aeroportos, rodoviárias, hotéis, operadores de turismo, restaurantes, bares, pontos de atendimentos, táxis e agências de viagens. Até 2014, tais investimentos serão em torno de R\$ 1 bilhão (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008). Seguindo esta perspectiva, Curi (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) fala que os torcedores procuram ser contemplados em questões como: a facilidade de acesso ao ingresso, a qualidade das informações prestadas, a segurança do evento e da cidade, o transporte público e bom atendimento.

Além das melhorias na infraestrutura da cidade, que já foram citadas anteriormente, os responsáveis pela Copa em Porto Alegre prometem investir na qualificação de pessoal para a recepção aos turistas trazidos pelo evento. Um exemplo disto são os cursos de qualificação no Turismo do Programa de Qualificação Social e Profissional do Plano Setorial de Qualificação para a Copa 2014 (Planseq), realizados em Porto Alegre, através das parcerias entre a Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), o Instituto Nacional América (INA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Serão realizados cursos de recepcionista, recepcionista de hotel e organização de eventos, de condutor local de turismo e agente de viagem. Os cursos irão contemplar em sua carga horária, além da formação específica de cada

área profissional, aulas sobre práticas de atendimento ao turista e fluência básica em língua inglesa ([www.portoalgre2014.rs.gov.br](http://www.portoalgre2014.rs.gov.br)).

A maior experiência de todas quando se fala em recepção a expectadores em um megaevento esportivo é a alemã na Copa de 2006. Desde cedo, a Alemanha deixou claro que todos os visitantes, mesmo os que não possuíam ingressos, seriam bem vindos ao país durante os jogos. Para isto, serviços como, transporte para os estádios, alimentação, acomodação e informações em outras línguas, que não o alemão, teriam que ser oferecidas. Foi criado então o Programa para Torcedores e Visitantes, que se constituía através da instalação de uma Embaixada do Torcedor em cada uma das 12 cidades-sedes. Essas embaixadas contavam com informações turísticas sobre o país e sobre a cidade, acesso a internet grátis, telefones, bem como a ajuda na obtenção de alojamentos baratos nas cidades, além da ajuda no caso de perda de documentos, inclusive o passaporte. Todo este trabalho era realizado por assistentes experientes no atendimento ao torcedor juntamente com o voluntariado dos países participantes. Além disso, foram criadas as *Fan Fests*, que eram locais com telões para transmissão das partidas, banheiros públicos e praças de alimentação para atender os torcedores que não possuíam ingressos, e também os *Fancamps*, que eram espaços onde os torcedores encontravam camas e dormitórios, banheiros com chuveiros e café da manhã, e até mesmo locais designados para a montagem de barracas de acampamento. (CURI in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Curi realizou um estudo que consistia na avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que foram à Alemanha para a Copa de 2006 e utilizaram o serviço das Embaixadas de Torcedores. A pesquisa constituía numa avaliação qualitativa dos serviços prestados durante a copa. Os resultados estão dispostos na tabela a seguir:

Tabela 9: Avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que utilizaram o serviço das Embaixadas dos Torcedores, na Copa de 2006:

	<b>Avaliação média</b>	<b>Não conhece / Sem opinião</b>
Transporte público	4,62	7,0%
Você se divertiu?	4,58	4,0%
Embaixada dos Torcedores	4,53	25,8%
Estádios	4,52	28,9%
Fan Fest	4,47	6,3%
Polícia	4,40	4,2%
Guia do Torcedor	4,39	18,4%
Segurança	4,37	26,2%
Disque Ajuda	4,37	74,4%
Você se sentiu bem-vindo?	4,34	5,6%
Programação Cultural	4,34	79,3%
Projetos Antirracistas	4,33	58,1%
Homepage	4,22	73,1%
Informação	3,99	6,3%
Fast Food	3,94	28,7%
Fancamp	3,66	61,0%
<b>Significado das notas:</b>		
<b>1 – péssimo; 2 – ruim; 3 – regular; 4 – bom; 5 – excelente.</b>		

Tabela adaptada de Curi (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

A avaliação dos torcedores que utilizaram os serviços oferecidos pode ser considerada positiva. Este fator, aliado a atratividade turística do país, possivelmente consolidará a imagem alemã como a de destino turístico internacional para os brasileiros, sendo um bom referencial para Porto Alegre.

#### **5.2.4 Legado Social**

“O processo de gestão e planejamento dos legados deve considerar os direitos à cidade e à cidadania como princípios norteadores” (FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos

Esportivos). Para Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) duas questões tornam a consideração dos aspectos sociais dos megaeventos esportivos de fundamental importância. A primeira é a proporção do dinheiro público investido nesses eventos, que cria custos de oportunidade significativos, que propiciam incrementos para a população residente nos locais de realização. A segunda é a de que cada vez mais países em desenvolvimento estão se candidatando a sediar um megaevento, e esse fato torna a responsabilidade social ainda mais essencial.

“A participação da comunidade é a garantia de um legado voltado para o social e de seu futuro uso e incorporação” (FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos Esportivos). Pelo fato de que, no Brasil, a construção das instalações esportivas será prioritariamente financiada pelo poder público, se torna fundamental, sob a ótica dos direitos dos cidadãos, que a população esteja representada em todas as instâncias de decisão sobre o evento, inclusive sobre a opção pela candidatura (REPPOLD in: Legados de Megaeventos Esportivos).

No Plano Diretor de Porto Alegre consta como componente da Estratégia do Sistema de Planejamento da cidade:

(...) criar canais de participação da sociedade na gestão municipal (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 2, Art. 33, parágrafo I).

Como a escolha do Brasil, e conseqüentemente a cidade de Porto Alegre, já é um fato concreto, deve-se medir constantemente o nível de satisfação e interesse da população em relação à realização do evento na localidade. Segundo Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) o suporte popular pode ser continuamente testado através de pesquisas de opinião pública e pela manifesta disposição de contribuir, por exemplo, através de taxas e loterias destinadas às despesas decorrentes dos Jogos. Oliveira (in: Legados de Megaevento Esportivos, 2008) fala que na atual conjuntura, onde as fontes de informação são abundantes, as instituições em geral, e em especial as empresas, precisam construir uma nova relação com o meio e a sociedade, observando os anseios e as necessidades sociais em todos os aspectos, e para isso precisam se tornar transparentes, éticas e prestar contas de suas atividades.

Além do direito de participação no processo decisivo e da prestação de contas, um dos princípios para o Desenvolvimento Urbano, segundo o Plano Diretor portoalegrense é:

(...) o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência. (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, Art. 1º, parágrafo V).

Seguindo essa lógica de participação no processo decisivo, prestação de contas e segurança quanto à máxima eficiência, foi firmada , no dia 13 de janeiro de 2010, a Matriz de Responsabilidade (Anexo I), com a participação de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014. O Cronograma das dez obras da Matriz de Responsabilidade de Porto Alegre está disposto a seguir (dados retirados do portal da SECOPA):

#### Duplicação da Avenida Tronco

- Início das Obras: 25/01/2012
- Conclusão das Obras: 29/07/2013

#### Obras de Arte na 3ª Avenida Perimetral

- Início das Obras: 1/02/2012
- Conclusão das Obras: 1/12/2013

#### Duplicação da Avenida Beira-Rio / Corredor da Avenida Padre Cacique

- Início das Obras: 12/03/2012
- Conclusão das Obras: 12/09/2013

#### BRT Avenida Protásio Alves

- Início das Obras: 5/03/2012
- Conclusão das Obras: 5/06/2013

#### BRT Avenida Assis Brasil

- Início das Obras: 5/03/2012
- Conclusão das Obras: 5/05/2013

#### Corredor da Rua Voluntários da Pátria e Terminal de ônibus São Pedro

- Início das Obras: 19/03/2012
- Conclusão das Obras: 19/09/2013

#### Prolongamento da Avenida Severo Dullius

- Início das Obras: 2/04/2012
- Conclusão das Obras: 2/10/2013

#### Complexo da Rodoviária (Viaduto e Estação Especial da Rua Conceição)

- Início das Obras: 19/03/2012
- Conclusão das Obras: 19/09/2013

#### BRT Bento Gonçalves e Terminais Azenha e Antônio de Carvalho

- Início das Obras: 5/03/2012
- Conclusão das Obras: 5/06/2013

Todas as obras componentes da Matriz de Responsabilidade trarão consequências de alguma forma para os moradores das regiões afetadas. Quando uma determinada área é modificada para a realização de obras de grande impacto devem se levar em consideração aspectos ambientais, urbanísticos, econômicos e sociais. O planejamento deve buscar favorecer o “estabelecimento de redes de relacionamento, fomento à economia local, instalação de equipamentos públicos essenciais e demandas habitacionais” (FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Porém, para que algumas alterações sejam realizadas, às vezes, faz-se necessário o deslocamento de algumas famílias de seus lugares de moradia. A decisão sobre a modificação ou uso de determinada área é tomada a partir da regularização ou não das propriedades privadas, e desta forma acaba afetando geralmente os assentamentos urbanos irregulares, ocupados em sua grande maioria pelas parcelas menos abastadas da sociedade. Este processo pode se tornar extremamente danoso, principalmente quando são violados os direitos básicos dos moradores, como por exemplo, a falta de preocupação com o destino das famílias deslocadas (RAEDER, 2010). Reppold (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) afirma que nas Olimpíadas de Atlanta o processo de regeneração urbana planejado não foi bem sucedido, em especial nas áreas mais pobres da cidade. O autor diz que as comunidades menos favorecidas não receberam o tratamento prometido, e que isso se evidenciou principalmente na comunidade negra da cidade, onde de cada 20 pessoas deslocadas, 19 eram negras. Nas Olimpíadas chinesas isto pode ser particularmente evidenciado, pois as estimativas indicam que mais de um milhão de pessoas foram afetadas pelo urbanismo olímpico (COHRE in: RAEDER, 2010). Nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, organizações não governamentais denunciaram que

milhares de famílias pobres foram removidas de áreas que habitavam há muitos anos, muitas vezes sem qualquer amparo legal e indenização justa, fato ocorrido particularmente em regiões mais valorizadas da cidade (SILVA in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007). Segundo Raeder (2010), Seoul também pode ser considerado um exemplo de como os Jogos podem representar mudanças forçadas para significativas parcelas da população.

Em Porto Alegre, chamamos atenção para alguns casos em que o processo de desapropriação ocorrerá (informações retiradas do portal da SECOPA):

- a) Transferência das Vilas Dique e Nazaré: a transferência da Vila Dique para o loteamento da Avenida Bernardino Silveira Amorim, 1.915, no Bairro Rubem Berta, tem por objetivo viabilizar as obras prioritárias no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Quando concluído, o loteamento que ocupa uma área de 21 hectares terá um total de 1.476 habitações, 103 unidades comerciais, escola e creche municipais, posto de saúde, unidade de triagem de resíduos recicláveis, centro comunitário, praça e área de preservação ambiental. Cerca de 400 famílias já foram transferidas para o novo loteamento. Todas as casas, sobrados e apartamentos contam com sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Vinte unidades são adaptadas para pessoas com deficiência. Já a mudança da Vila Nazaré será para um loteamento a ser construído na Zona Norte. Três áreas estão em processo de desapropriação para receber 1.322 famílias. O projeto tem por objetivo a melhora da qualidade de vida e o aumento dos índices socioeconômicos destas comunidades, oportunizando um futuro melhor e com perspectivas de crescimento.

Ilustrações 26 e 27: Loteamento destinado para moradores da Vila Dique em Porto Alegre.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

- b) Duplicação da Avenida Tronco: além das melhorias na mobilidade urbana, o projeto de duplicação da Avenida Tronco traz aliado a recuperação urbano-ambiental de uma ampla área de vulnerabilidade social da cidade, através da construção de edifícios ao longo da via para transferência de cerca de 1,5 mil famílias a fim de reassentar a população que hoje ali habita no eixo da via traçada.

Os dois casos citados acima fazem parte da Matriz de responsabilidade de Porto Alegre. Porém, existe ainda um terceiro caso na cidade de desapropriação em grande escala, que é o da comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio.

Ilustrações 28 e 29: Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.



Imagens de autoria própria.

Como o projeto de reforma do Complexo Beira-rio está cercado de dúvidas e incertezas e pouco foi feito de concreto até agora, esse caso ainda não está recebendo maior atenção. Caso se concretize o projeto inicial do Sport Club Internacional, com a construção de um hotel na região dessas moradias ilegais, uma atenção especial por parte do poder público deve ser dada, para que essas pessoas sejam realocadas dentro dos mesmos critérios adotados nos casos anteriores.

O direito a moradia está contido nas diretrizes do Estatuto da Cidade, que tem o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Segue a diretriz que se refere ao direito à moradia:

(...) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

No Plano Diretor de Porto Alegre, compõe a Estratégia da Produção da Cidade no que tange a questão habitacional:

(...) o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais;

(...) que através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, se busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados a população de baixa e média renda.

(Plano Diretor, parte 1, capítulo VI, Art. 23, parágrafos II e IV, respectivamente).

Mesmo quando respeitados os direitos dos cidadãos quanto as suas realocações, se deve compreender que essas transferências tem que ser evitadas o máximo possível, pois, por mais que novas moradias sejam disponibilizadas, alguns valores não podem ser ressarcidos. Para Raeder (2010) a retirada dos moradores dos locais onde residem, muitas vezes durante anos de sua vida, gera também consequências imensuráveis, como o corte das relações sociais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos.

Observa-se também o uso dos megaeventos esportivos, por parte dos gestores do processo, como forma de legitimação para realizar o deslocamento de inúmeras famílias, por questões meramente estéticas, numa espécie de “limpeza” da cidade (RAEDER, 2010). Outro efeito negativo pode ser a remoção de mendigos, pedintes, crianças abandonadas, das ruas, para evitar a divulgação de uma imagem negativa da cidade, casos ocorridos, por exemplo, nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996 e Sidney 2000 (SILVA in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007). Nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em

2007 foi criada uma medida denominada “choque de gestão”, conhecida também como política higienista e de segurança, que consistia na remoção dos moradores de rua cariocas (SILVA in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007).

Para Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) as implicações econômicas sociais negativas são: a transformação dos espaços públicos em espaços privados que acontece pelo fato de que muitas vezes espaços públicos são privatizados, ou pela remodelação de espaços públicos que é destinada ao uso de clientes com poder de compra, afugentando indiretamente a população mais carente do local; o deslocamento direto ou indireto da população mais pobre das proximidades das instalações esportivas ou das áreas remodeladas seja através de realocações da população residente ou pelo encarecimento da região, que faz com que os menos favorecidos não se sustentem no seu antigo local de morada.

Outro viés do legado social que pode ser criado através dos megaeventos esportivos, e o da promoção social através de políticas de incentivo ao lazer e ao esporte. Para Filgueira (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) o esporte e o lazer atuam como instrumentos de formação integral do indivíduo possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e o aprimoramento da consciência crítica, e por isso o seu acesso deve ser garantido. A prática esportiva e o lazer, conforme preconizam os Artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um (...)

(Constituição Federal, Artigo 6º e 217, respectivamente).

Dentro das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, se destacam (FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos Esportivos):

- Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer;
- Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social;

- Articular e implementar Políticas Intersetoriais que possibilitem a formação da cidadania, a promoção da saúde e a qualidade de vida;
- Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino.

Os megaeventos esportivos podem estimular os jovens a uma maior participação no esporte, o que, nos países em desenvolvimento como o caso do Brasil, pode modificar e melhorar a realidade (SILVA in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007). O secretário estadual do Esporte e do Lazer e coordenador do Comitê Gestor da Copa 2014 no Rio Grande do Sul, Kalil Sehbe, em viagem à África do Sul, afirmou que, de legado social, a principal lição africana foi à criação de 20 Centros de Esperanças, locais que proporcionam apoio social e esportivo dentro de comunidades carentes, existentes até hoje ([www.portoalegre2014.rs.gov.br](http://www.portoalegre2014.rs.gov.br)).

Nessa perspectiva, um dos princípios do Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, contido no Plano Diretor da cidade, é:

(...) a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social. (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, Art. 1º, parágrafo II).

“O esporte, como direito, deve ser para todos, e o caminho para a universalização desse direito pode ser a escola” (FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008), pois a população somente desenvolverá o hábito da prática esportiva como forma de qualidade de vida e saúde ou como forma de lazer, se for conscientizada desde cedo, e esse papel pode ser feito através da educação escolar.

Reppold (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) entende que para realidade brasileira, onde se fazem necessárias ações sociais de grande dimensão, o mais adequado parece ser a predominância da gestão pública no processo de condução de um megaevento esportivo, para que os benefícios destes eventos se estendam para a população mais necessitada. Desta maneira, o poder estatal deve estar atento “às múltiplas e articuladas dimensões dos impactos dos megaeventos esportivos, considerando sua possibilidade como fator catalisador de mudanças necessárias e possíveis na realidade onde acontecem”

(FILGUEIRA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Filgueira ainda ressalta que os legados de megaeventos esportivos são elementos indissociáveis da política pública, que é a de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade.

### 5.2.5 Legado Ambiental

Antes que se faça qualquer análise a respeito de legados ambientais alguns conceitos que norteiam a discussão sobre políticas ambientais, tanto no âmbito esportivo quanto fora dele, devem ser compreendidos. A seguir serão apresentados os conceitos de Sustentabilidade - referência macro, necessária como pressuposto, contudo insuficiente em condições de intervenções micro (DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) -, e a concepção geral do Comitê Olímpico Internacional (COI) - órgão que vem desenvolvendo uma série de iniciativas com o objetivo de integrar o Movimento Olímpico às questões ambientais e que, recentemente, vêm se tornando visíveis com o tema do aquecimento global e o futuro do planeta (VEERMAN in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) - de impacto ambiental.

#### a) Sustentabilidade:

(...) o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem prejudicar as gerações futuras (...)

(IBIDEM *apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008. pág 495).

#### b) Concepção geral de impacto ambiental definida pelo COI:

(...) todos os fatores externos, condições e influências que afetam um organismo ou uma comunidade (...)

(DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008. pág 495).

DaCosta (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) conceitua legado ambiental como resultado positivo e sustentável com benefícios comprovados de ordem cultural, social, tecnológica ou econômica posterior à realização de um megaevento. Em outras palavras, quando se fala em legado ambiental deve-se levar

algumas questões em consideração, dentre elas: o impacto ambiental causado pela alteração no contexto das cidades, que acontece desde o início das obras, e o quanto estas alterações respeitam e projetam uma cidade mais responsável ambientalmente; o impacto causado pelos visitantes dos jogos (expectadores ou não), como o aumento na emissão de gases poluentes devido a maior circulação de pessoas na cidade; o pós-jogos, tanto no diz que diz respeito à sustentabilidade das obras específicas para o evento quanto à conscientização da população sobre as questões ambientais; e a imagem que o país/cidade deixará para o mundo no que diz respeito à consciência ecológica.

Um marco da relação entre os megaeventos e as questões ambientais foi a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer em 1994, na Noruega. Os jogos se constituíram nos primeiros “Jogos Verdes” (*Green Games*) da história do Movimento Olímpico Internacional, pelos critérios de sustentabilidade adotados nas instalações e organização das competições e hospedagem de atletas e visitantes (DACOSTA, in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). A partir de então se pensava que nos jogos futuros esta forma de pensar os megaeventos se tornaria rotina. No entanto, nas seis edições de Jogos Olímpicos posteriores pouco pode ser observado no que diz respeito à educação olímpica, com base no meio ambiente e a um possível legado olímpico ambiental (VEERMAN in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Algumas promessas foram feitas, como no projeto de Sydney, na Austrália, para sediar os Jogos Olímpicos de 2000. A eleição da cidade se deu no mesmo ano da realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de 1994, e seu projeto privilegiava a proteção do meio ambiente, mas pouco se viu na prática. Em condições similares de priorizar a sustentabilidade, Atenas, na Grécia, foi eleita em 1998, a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Entretanto, a partir de Lillehammer tornou-se comum o uso dos Jogos Olímpicos como “*showcases*” (projetos demonstração) de boas práticas ambientalistas (DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008), estando contidos em todas as candidaturas para os Jogos Olímpicos subsequentes (VEERMAN in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

A Alemanha pode ser considerada um país referência em preocupação ambiental relacionada a eventos esportivos. Segundo DaCosta (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) a Universidade do Esporte de Colônia em associação com entidades privadas de consultoria em meio ambiente da Alemanha e com o respectivo Governo Federal elaborou um manual que traça as diretrizes ambientais para a realização de um megaevento, denominado Manual de Colônia. O Manual de Colônia, por exemplo, recomenda a identificação e o

tratamento específico de cada atividade que deve ser abordada de acordo com os impactos ambientais que produzem preferencialmente quantificados nos seus efeitos negativos. De um modo genérico os eventos esportivos emitem lixo, ruídos, fluidos de agentes químicos e esgoto, CO<sub>2</sub> e gases poluentes, detritos do tráfego de veículos, restos de obras, calor refletido pela superfície das novas construções do evento e outros efeitos nocivos em associação com consumo aumentado de energia e de água (IBIDEM *apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Neste contexto, cabe registrar que a Copa de 2006 foi a primeira a se definir como tendo sustentabilidade ambiental, contribuindo para este objetivo a constituição de uma ação paralela denominada de “*Green Gol*” (DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008). Este programa de intervenções visando à proteção ambiental adotou uma estratégia “*win-win solutions*”, isto é, de compensações mútuas entre a organização do evento e o meio ambiente, procurando anular ou reduzir cada impacto negativo devidamente localizado nos estádios, estacionamentos, obras, serviços de alimentação, transportes etc. Nestas condições obteve uma redução média de 20% no uso de energia e de água por simples providências gerenciais e pela mobilização de voluntários para pequenas intervenções (IBIDEM *apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Quanto à emissão de gases poluentes, Sahler *et al.* (*apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008. pág 502) afirma que os megaeventos sediados em áreas urbanas são mais sujeitos a impactos negativos, porém tanto estes como os de área rural ou de beira mar podem se igualar em nocividade pela emissão de poluentes na atmosfera devido ao transporte de participantes e de assistentes. Nesse sentido, dados válidos para os megaeventos sediados na Alemanha em 2005 - dentre eles a Copa das Confederações - revelam que 95% dos gases poluentes emitidos para a atmosfera se originaram da circulação de transporte de atletas e visitantes; uma porção de 3% saiu da energia consumida e outra de 2% dos trabalhos de construção destinados ao evento (IBIDEM *apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Não é de se admirar, portanto, que o esforço de neutralização dos impactos ambientais durante a Copa de Futebol da Alemanha 2006 tenha se concentrado na redução do tráfego de automóveis por transporte público de massa e por incentivos ao uso de bicicletas. Mesmo assim, o saldo de gases de efeito estufa emitidos durante o megaevento – sobre um total estimado em 100 mil toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes - foi anulado por créditos de carbono (plantação de árvores em outros locais, por exemplo) assumidos financeiramente pela

organização do evento (NUTTALL *apud* DACOSTA in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Nesse sentido, entende-se que mesmo que alguns impactos ambientais negativos dos megaeventos esportivos sejam difíceis de serem controlados, como no caso do aumento da emissão de gases poluentes, ações complementares que compensem os prejuízos causados podem vir a ser uma saída para equilibrar essa balança. Seguindo essa lógica, DaCosta (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) fala que as Olimpíadas de Beijing, no que tange a questão ambiental, apresentou maior risco do que oportunidade, porém esses riscos são de menor escala, e se vierem acompanhados de outras políticas ambientais após os jogos podem ser facilmente superados. Porém, se os efeitos negativos não forem neutralizados, o retorno financeiro e cultural torna-se meramente aparente, senão falso em avaliação final (DACOSTA, in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008).

Para que a estratégia ambiental da localidade anfitriã de um megaevento seja exitosa, necessita-se que ela esteja inclusa desde o planejamento do evento até o seu fim, e consequentemente inserida no contexto da cidade após a realização do evento. Portanto se fazem necessárias ações como: a regulamentação das obras perante as leis ambientais visando à proteção e projeção de uma cidade autossustentável, o controle e a política de conscientização durante e após o evento, propiciando a criação de uma imagem de cidade consciente ecologicamente (PREUSS in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007).

No Plano Diretor de Porto Alegre consta como princípio do Desenvolvimento Urbano o seguinte item:

(...) a defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, art. 1º, parágrafo IX).

No que tange as estratégias de Qualificação Ambiental para a consolidação desse princípio, o Plano Diretor da cidade tem como objetivo central:

(...) qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo IV, art. 14).

Como política para a implementação da Estratégia de Qualificação Ambiental aparecem diretrizes a baixo:

(...) caracterização do Patrimônio Ambiental como elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos e, como tal, integrante do Programa de Espaços Abertos;

(...) promoção de ações de saneamento, de monitoramento da poluição e de otimização do consumo energético;

(...) aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários com vistas ao estímulo à proteção do patrimônio natural (...).

(Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo IV, art. 17, parágrafos III, IV e V).

Observa-se que Porto Alegre possui os mecanismos legais para a preservação do meio ambiente. Portanto, para que a cidade obtenha sucesso ambiental com a Copa do Mundo, basta que eles sejam respeitados. Obviamente que, se juntamente a isso se agreguem as experiências positivas vivenciadas na Alemanha em 2006, os ganhos podem ser incrementados trazendo benefícios maiores para a cidade. Além disso, ações visando à conscientização ecológica da população portoalegrense podem ser interessantes, inclusive para a imagem da cidade no mundo. Nesse sentido, segue uma das estratégias, no que diz respeito ao Sistema de Planejamento da cidade de Porto Alegre, contidas no Plano Diretor da mesma, que pode servir como elemento norteador da política ambiental da cidade:

(...) dar suporte de comunicação e divulgação sobre as principais ideias e conteúdos do desenvolvimento urbano ambiental, com caráter educativo, objetivando uma adequada compreensão do tema e incentivando a cultura participativa no planejamento urbano (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo VII, Art. 25, parágrafo IV).

## **5.2.6 Legado Cultural**

O legado cultural de um megaevento esportivo aparece tanto de forma tangível quando de forma intangível. De maneira tangível, ou seja, mensurável, aparece principalmente quando se fala no desenvolvimento da infraestrutura cultural do local, na memória cultural e na produção literária a respeito dos jogos. De modo intangível se mostra através do aumento

do conhecimento, das habilidades e da educação, e também através de um maior entendimento da história local.

No Plano Diretor portoalegrense, integram o Patrimônio Cultural:

(...) o conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas –, paisagens, bens arqueológicos – históricos e pré-históricos –, bem como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados bens intangíveis, que conferem identidade a esses espaços (Plano Diretor, parte 1, capítulo IV, art. 14).

Um exemplo claro de incremento dos bens culturais tangíveis é o de Barcelona, que se aproveitou dos Jogos Olímpicos para transformar sua infraestrutura e vir a tornar-se uma “cidade cultural” (GARCIA *apud* PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007). Bechara (in: *Legados de Megaeventos Esportivos*, 2008) cita que o legado cultural pode ser mensurado através da quantificação da infraestrutura cultural na localidade, e enumera alguns quesitos a serem analisados, como o número de espaços de mostras culturais, de museus, de teatros, de espaços para eventos musicais, de bibliotecas e de *lan houses*, conferidos antes e após o evento. Poderiam ainda ser adicionadas questões relativas ao número de parques urbanos e naturais disponíveis para o acesso da população.

Wacker e Wacker (in: *Legados de Megaeventos Esportivos*, 2008) falam que os megaeventos esportivos apresentam-se como um espaço privilegiado no âmbito da produção da memória cultural, podendo deixar legados significativos, desde que sejam contextualizados no momento histórico, social e econômico que ocorrem. Os autores trazem em seu estudo dois exemplos claros de produção de memória cultural, que se deram nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e na Copa do Mundo de 2006, na Alemanha. Em Atenas foi realizada uma exposição alusiva à visão de Pierre de Coubertin - fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna – sobre os Jogos de 1986. Na Alemanha o Museu Alemão do Esporte e Olimpismo (*Deutsches Sport und Olympia Museum*) foi o responsável por sete exposições relacionadas ao esporte e a cultura, além de propiciar paralelamente diversos eventos com o intuito de apresentar os aspectos culturais do futebol, bem como discutir as implicações e os riscos decorrentes dos megaeventos esportivos, o que acarretou em um legado cultural positivo, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Outra forma de legado cultural tangível é o da produção literária a despeito dos megaeventos esportivos. Entende-se que o país que sedia os grandes eventos tem a capacidade

e o compromisso de produzir conhecimento para que os futuros locais interessados em sediar eventos de grande magnitude possam utilizar como base, através de comparações com experiências passadas. Oliveira (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) entende que existe a necessidade de que se crie uma política internacional de gestão de megaeventos esportivos, para que futuramente se tenham registros fundamentados e padronizados, a fim de facilitar e aperfeiçoar o processo de organização de megaeventos esportivos.

O legado cultural intangível pode ser visualizado no aumento do conhecimento da história do país sede. Nessa linha, Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) cita dois exemplos de sucesso, o do aumento da consciência da história aborígine na Austrália durante os Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, e o maior entendimento das tradições Mórmon nos EUA durante os Jogos Olímpicos de Inverno de Salt Lake City em 2002. DaCosta (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) cita que o legado cultural tem sido apontado como o de maior impacto nas Olimpíadas de Beijing 2008, e se apresenta principalmente de maneira intangível. Isto pode ser evidenciado no fortalecimento dos valores e tradições chinesas nacionalmente e internacionalmente.

Outra forma de legado cultural intangível se dá na aquisição de habilidades, de conhecimento e de educação pela sociedade receptora do evento. Segundo Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) empregados e voluntários alcançam habilidade e conhecimento em organização de eventos, gestão de recursos humanos, segurança, hospitalidade, serviços, etc. O autor ainda acredita que espectadores e voluntários aprendem a usar o transporte público e são familiarizados com projetos ambientais. O autor ainda traz o exemplo da Copa da Alemanha em 2006, onde aproximadamente cem mil indivíduos foram capazes de melhorar sua competência intercultural em pelo menos uma das várias atividades relacionadas à Copa do Mundo.

Trazendo para a realidade de Porto Alegre, encontramos como um dos princípios contidos no Plano Diretor da cidade, no que se refere ao Desenvolvimento Urbano:

(...) o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade (Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, Art. 1º, parágrafo IV).

Desta maneira a oportunidade gerada pela Copa de 2014 deve ser utilizada para fomentar a cultura na cidade, seja através de reformas e melhorias no patrimônio cultural de Porto Alegre, como museus, parques, pontos turísticos, ou no desenvolvimento de políticas de fomento a cultura, com a criação de exposições relacionadas ao evento e as tradições da cidade. É essencial também, que se estimule a produção acadêmica a despeito dos megaeventos esportivos, contribuindo para as próximas experiências brasileiras e internacionais sobre o tema.

### **5.2.7 Legado Intangível**

Além do legado cultural intangível citado no subitem anterior, existem outras formas de manifestação do legado intangível de megaeventos esportivos. Para Atkinson et al (2006 *apud* Poyter in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) os legados intangíveis, bem como os demais, podem se dar de maneira benéfica ou custosa. Alguns benefícios citados são: o orgulho nacional, a inspiração para as crianças, o legado das instalações esportivas, as melhorias ambientais e promoção de vida saudável. São ainda mencionados estímulos à cultura, às indústrias e aos eventos criativos. Os custos citados são: aglomeração, insegurança, desconfortos locais causados pelas construções, demoras excessiva em transportes e a cobertura da mídia. Os autores ainda afirmam que os custos intangíveis podem ocorrer pelo efeito de deslocamento, que seriam os custos de oportunidade causados por investimentos que estão deixando de ser aplicados em outros locais.

Dentre os efeitos citados acima, dois se destacam, o da mudança na a imagem do local sede perante o mundo, e o orgulho cívico dos moradores locais. Poynter (in: Legados de Megaeventos Esportivos, 2008) afirma que o legado intangível é particularmente evidenciado em termos de marca e no marketing da cidade bem como no aumento do orgulho cívico ou nacional por se ter realizado com sucesso o evento.

Para Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) os megaeventos esportivos têm um significado e forma simbólicos tremendos e atuam como repositores ou solidificadores da imagem da cidade, região ou país que os recebem, criando geralmente uma imagem positiva. Carrington *et al.* (2001) fala que a cidade capaz de acolher com simpatia um grande e diversificado espectro de nacionalidades para um megaevento é aquela que, com mérito, ganha reputação por um tipo de internacionalismo acolhedor e destituído de preconceitos. Nesse sentido, um dos objetivos alemães quando se propôs a

sediar a Copa do Mundo em 2006 era o de repor o estereótipo de que os alemães eram “conformistas, rígidos com o horário, sérios” (LEWIS *apud* PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007. pág 26). Para isso os organizadores lançaram uma campanha de hospitalidade, que certamente contribuiu para melhorar a imagem da Alemanha, a consolidando como a de um país aberto ao mundo e hospitaleiro (PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007). Outro exemplo citado por Preuss (in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*) é o da tentativa do Qatar em se utilizar dos Jogos da Ásia em 2006 para que o país consolide sua imagem de centro turístico para o esporte e entretenimento na Ásia. Seguindo essa linha, o Secretário estadual do Esporte e do Lazer e coordenador do Comitê Gestor da Copa 2014 no Rio Grande do Sul, Kalil Sehbe, em viagem à África do Sul, relatou que um dos principais legados da Copa para a África do Sul foi a mudança de imagem, pois, além da conhecida vida selvagem, o país conseguiu divulgar o turismo, a indústria, o comércio e a inovação. Para o Secretário, tais mudanças influenciaram no incremento de turistas e na economia do país após a copa ([www.portoalegre2014.rs.gov.br](http://www.portoalegre2014.rs.gov.br)).

As mudanças na imagem do local sede podem ser também de cunho negativo. Incidentes negativos, como atos de vandalismo ou terrorismo, falta de recursos por má organização ou simplesmente um clima ruim podem influenciar na imagem da cidade (PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007). Para Preuss o nacionalismo exagerado ou o comportamento injusto dos espectadores estragam a hospitalidade, e a pobreza e o crime criam dúvidas sobre um possível destino turístico.

Outra perspectiva de legado intangível evidenciada é o do orgulho da população em receber um megaevento esportivo, muitas vezes contribuindo para o fortalecimento do sentimento nacionalista e para o aumento do orgulho cívico. Silva (in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007) afirma que “o fato de sediar um megaevento pode trazer um sentimento de orgulho e envolvimento com o evento e consequentemente com a cidade”. Para Preuss (in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007) os cidadãos são envolvidos emocionalmente, criando-se um orgulho e uma identificação local por sediar tais eventos. Alguns exemplos deste envolvimento são o das Olimpíadas de Seoul que criaram “uma perspectiva nacional, um sentimento de vitalidade, de fazer parte, de ser reconhecido, moderno e tecnologicamente atualizado” (DENIS *et al. apud* PREUSS in: *Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social*, 2007. pág 18) e o das Olimpíadas chinesas, onde era notável o

entusiasmo dos cidadãos em demonstrar sua importância econômica crescente (PREUSS, 2007).

Embora no Brasil o futebol seja a “paixão nacional”, não se vislumbra uma forma de avaliar o ganho de bem-estar das famílias com a reforma e construção de estádios de futebol, de uso essencialmente dos clubes de futebol ou eventos comerciais. Provavelmente, um ganho mais importante de bem-estar ocorrerá com a vitória brasileira na Copa-2014 (DOMINGUES, BETARELLI E MAGALHÃES, 2010). O discurso nacionalista é bastante encontrado no esporte, pela relação direta que é criada entre o atleta e a nação, como se o mesmo fosse responsável por levar o nome do país para o mundo, fato este geralmente fomentado pela indústria midiática. Na Copa do Mundo realizada na Alemanha em 2006, verificamos como o discurso nacionalista ainda se encontra fortemente presente nas transmissões televisivas. É inclusive no apelo ao modelo de nação que a televisão criava a expectativa e o interesse nos telespectadores para a assistência do torneio. Uma matéria, da emissora Rede Globo de Televisão, durante o período pré-copa em 2006, com os jogadores da seleção brasileira exemplifica bem esse processo. Os jogadores brasileiros, sempre com um enfático e emocionante acompanhamento musical, falavam da emoção que sentiriam em participar da Copa e da grande honra em ser convocado para vestir a “amarelinha” (ESCHER, 2008). Provavelmente esse discurso será ainda mais enfatizado pelo fato do maior evento do esporte mais popular do país ser realizado em “nossa casa”.

Para Preuss (in: Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2007) algumas emoções negativas também podem aparecer caso a criação das novas instalações para o evento se utilize de espaços anteriormente pertencentes a trabalhadores, pois desta maneira os cidadãos residentes no local passarão por processos de desapropriação e realocação, além do enobrecimento de suas regiões de morada, o que leva a inflação dos produtos e serviços e conseqüentemente a perda do seu ambiente social. Portanto, no caso da cidade de Porto Alegre, onde já foram citados casos de desapropriações e realocações, esse cuidado deve ser tomado, para que a cidade não consolide sua imagem no exterior à custa da infelicidade dos cidadãos portoalegrenses, principalmente dos menos favorecidos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

São inegáveis as alterações provocadas pelos megaeventos esportivos no contexto das cidades onde são realizados. Eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol

muitas vezes servem de estímulo para investimentos, que, se bem geridos, podem trazer benefícios durante e, principalmente, após a realização dos jogos para a localidade. Exemplos como o dos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 e o da Copa do Mundo de Futebol na Alemanha em 2006 nos mostram que se tais eventos forem bem planejados e bem conduzidos podem trazer diversos benefícios, alterando positivamente as perspectivas de uma cidade e até mesmo de um país. Em contrapartida, diversos são os exemplos de gestões pouco exitosas desse processo, muitas vezes trazendo menos benefícios do que se poderia ou até mesmo causando prejuízos antes, durante e depois do evento, como no caso dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004.

O Brasil entrou de vez no cenário dos megaeventos esportivos, ao realizar em um espaço de dois anos esses dois megaeventos. As candidaturas do país para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são cercadas de desconfiança, principalmente pelo histórico de corrupção no país e por se entender que o dinheiro investido não trará tanto retorno para a população quanto se fosse investido em outras áreas como saúde e educação. Acreditamos que a oportunidade gerada pela realização das competições no Brasil possa acarretar uma série de melhorias para o país e para os brasileiros, como o aumento da divulgação da imagem brasileira para dentro e para fora do país, e um consequente aumento do fluxo turístico interno e externo, antes, durante e após os eventos, fomentando a economia local, a melhoria das condições e da capacidade aeroportuária brasileira, as obras de mobilidade urbana, a qualificação de pessoal, o desenvolvimento da infraestrutura esportiva do país e um possível fomento ao esporte e as atividades físicas no Brasil.

O Brasil é um país de dimensões continentais, portanto os impactos e os legados que serão causados pela Copa do Mundo não serão equânimes, podendo ser negativos em determinadas localidades e positivos em outras. É bem provável que a realização da Copa traga impactos e deixe legados diferentes em cada uma dessas cidades devido às disparidades e características específicas que elas apresentam. No caso de Porto Alegre, nos parece que o principal legado deixado será o na mobilidade urbana, visto que todas as obras da Matriz de Responsabilidade portoalegrense são para as melhorias no fluxo viário da cidade, obras essas que já se faziam necessárias na cidade, e que tiveram seu processo acelerado devido ao megaevento. Além disso, as obras no Aeroporto Salgado Filho podem dar uma nova perspectiva para a cidade, pois permitirão o acesso de aviões de maior porte, otimizando a capacidade de exportação e importação do Rio Grande do Sul, além de possibilitar que mais voos internacionais tenham saídas e chegadas diretamente por Porto Alegre. Tanto a reforma do Estádio Beira-rio quanto a construção da nova Arena do Grêmio nos parecem benéficas

para a cidade, pois, apesar de receberem incentivos fiscais, são obras de cunho privado e possibilitam o crescimento de dois clubes que são um patrimônio esportivo e cultural da cidade e que levam o nome de Porto Alegre para o mundo.

Quanto ao legado no turismo e na hospitalidade, além do maior fluxo turístico que ocorrerá durante o evento, a Copa do Mundo surge como uma oportunidade de divulgação de uma cidade atrativa e receptiva para os turistas nacionais e internacionais, e possivelmente elevando a rotatividade turística de Porto Alegre no futuro. Para isso ações de qualificação de pessoal se fazem necessárias.

Parece-nos que o principal impacto que deve ser controlado para que não se torne um legado negativo para a cidade é o que diz respeito ao direito de moradia dos cidadãos portoalegrenses, visto que realocações de moradores se farão necessárias para a realização das obras previstas. As duas transferências contidas dentre as obras específicas da Copa – transferência das vilas Dique e Nazaré e Obras na Avenida Tronco – parecem respeitar os direitos dos cidadãos e oferecem condições próximas das ideais para que esse processo seja exitoso. Já quanto aos moradores que serão possivelmente afetados pelas obras do Gigante da Beira-rio, nos documentos analisados, não encontramos nada a respeito. Caso se façam necessárias as realocações nesse local, bem como em casos isolados, entendemos que cabe ao poder público tomar as providencias necessárias para que essas famílias sejam respeitadas e transferidas dentro das mesmas condições empregadas nos outros dois casos.

Parece-nos que a realização da Copa do Mundo na cidade pode servir também como forma de incentivo ao esporte na cidade. Para isso, políticas de fomento ao esporte podem ser realizadas, principalmente no âmbito escolar, desenvolvendo desde cedo o hábito da prática esportiva como forma de qualidade de vida, saúde e lazer.

Quanto ao legado ambiental não encontramos nada específico nos documentos analisados. Entendemos que Porto Alegre possa implantar políticas de conscientização ecológica na cidade, reduzindo os impactos ecológicos durante e depois do evento, além de transmitir uma imagem de cidade responsável ambientalmente para o mundo. Além disso, ações ecológicas concomitantes ao evento como no caso da Alemanha em 2006 podem ser uma saída para minimizar os possíveis danos causados ao meio ambiente devido ao evento, como o aumento na emissão de gases poluentes.

No que diz respeito ao legado cultural podemos citar a qualificação de pessoal que possivelmente se dará devido a Copa do Mundo, principalmente na área do turismo e hospitalidade. Entendemos também que Porto Alegre deve regenerar sua infraestrutura cultural, como parques, museus, espaços públicos, dentre outros, a fim de oferecer atrativos

para os visitantes oriundos do evento, e deixar um legado para seus moradores e para si como cidade turística. Além disso, trabalhos acadêmicos a despeito dos megaeventos e suas características podem se constituir em um legado importante para o país e para o mundo.

Falando em legado intangível nos parece que no caso de Porto Alegre o maior legado desse cunho que pode ser deixado é o na imagem da cidade para o mundo, pois o evento gera a possibilidade de uma grande exposição da mesma para outras localidades, podendo gerar futuros investimentos e novos turistas. Os aspectos negativos na imagem da cidade que podem acontecer e devem ser controlados são os possíveis aumentos dos índices de criminalidade que pode ocorrer durante a Copa do Mundo, bem como o possível descontentamento dos moradores da cidade com as consequências das alterações que serão geradas pela reorganização urbana, como realocação em grande escala, tendo o cuidado para que a melhoria na imagem exterior da cidade não se dê a custa da infelicidade dos moradores locais.

Valem ressaltar as limitações do estudo, que se ateve apenas as obras e aos projetos específicos para a Copa do Mundo que constavam na SECOPA, e desta forma pode não ter contemplado diversas ações menores que estão acontecendo em decorrência da Copa do Mundo, como as da Secretaria do Turismo e da Secretaria do Meio Ambiente, por exemplo. Outro fator limitante é o de que o estudo foi realizado em meio ao processo, ou seja, ainda falta mais de dois anos para a realização do evento, prazo suficiente para que muitas mudanças ainda ocorram, nos impossibilitando de fazer julgamentos precipitados. Mesmo assim, entendemos que esse estudo é de grande valia, pois nos possibilita fazer um panorama de como os megaeventos interferem no contexto das cidades onde são realizados, e traçar um paralelo com as medidas que estão sendo tomadas e planejadas pelos gestores do processo em Porto Alegre. Estudos posteriores podem utilizar essa pesquisa como parâmetro para analisar o que foi feito na prática em comparação com o que é preconizado neste momento.

Como percebemos, são vários os legados deixados por megaeventos esportivos. Porto Alegre tem a chance de utilizar a Copa do Mundo de Futebol como catalisadora para várias ações que podem ser benéficas para a cidade. A recente perda da cidade, que não será uma das sedes da Copa das Confederações não pode servir como mote para o não cumprimento de prazos e alterações nos projetos estabelecidos. Dessa maneira, acreditamos que a relação custo-benefício possa ser produtora, visto que os gastos públicos se darão principalmente em melhorias que já se faziam necessárias na cidade, como as na mobilidade urbana. Para isso devem ser respeitados os direitos sociais, contribuindo dessa maneira para o bem-estar dos

cidadãos portoalegrenses, qualificando a imagem da cidade tanto para seus moradores quanto para futuros visitantes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. de. **Turismo Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ARAÚJO, Ricardo. Arenas Esportivas: do Conceito Básico ao Estado da Arte. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 553-555.

BECHARA, Marco. Modelo M4 Para Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos com Foco na Responsabilidade Social e Políticas Públicas. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 249-263.

BETARELLI, Amir Antonio; DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza. **Quanto vale o show? Impactos Econômicos Regionais da Copa do Mundo 2014 no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. P. 01-19.

BETARELLI, Amir Antonio; MAGALHÃES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. **Nordeste e a Copa do Mundo 2014: Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. P. 01-23.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRUNET, Ferran. **An Economic analysis of the Barcelona 92 Olympic Games: Resources, financing, and impact**. This document has been published as part of the book: Miguel de Moragas Spá and Miquel Botella, 2005. The keys of success: the social, sporting, economic and communications mpat of Barcelona 92.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. Os Megaeventos Esportivos e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Resistencia. **Motrivivência**, Florianópolis, N° 27, P 101-116, dez/2006.

CARRINGTON, B.; GILROY, P. e MCDONALD, I. *Race, sport and British Society*, London: Routledge. 2001.

CURI, Martin. Atendimento aos espectadores nos Jogos Pan-Americanos 2007 no Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 565-566.

CURI, Martin. Embaixada de Torcedores: Serviço de apoio aos torcedores brasileiros durante a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 331-335.

DaCOSTA, Lamartine P. Exemplos Históricos dos Jogos Olímpicos – Beijing 2008 e a Busca de um Modelo de Avaliação e de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 123-132.

DaCOSTA, Lamartine P.. Posicionando Questões Básicas Sobre Meio Ambiente em Megaeventos Esportivos e na Copa do Mundo de Futebol 2014 a ser Realizada no Brasil. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 493-505.

DOMINGUES, Edson Paulo; BETARELLI, Amir Antonio; MAGALHÃES, Aline Souza. **Copa do Mundo 2014: impactos econômicos no Brasil, em Minas Gerais e Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 29p. (Texto para discussão; 382).

ESCHER, Thiago de Aragão; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. As Relações entre Futebol Globalizado e Nacionalismo: o exemplo da Copa do Mundo de 2006. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol. 30, nº 1, P. 41-55, set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

FERNANDES, Fernando; FERNANDES, Ms. Agnes. **Megaeventos Desportivos e Renovação Urbana como Fatores de Indução ao Desenvolvimento Turístico**. Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica UNIBAN. 1. Bahia, 2010. P. 01-03.

FILGUEIRA, Julio Cezar Monzú. Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: Cidade, Cidadania e Direitos dos Cidadãos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 65-73.

GIL, Antônio Carlos. Como Delinear uma Pesquisa Documental? In: \_\_\_\_\_ **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. Cap. 6, p. 82-85.

KÉSENNE, S. Miscalculations and misinterpretations in economic impact analysis. In: JEANRENAUD, C. (Ed.). **The economic impact of sport events**. Neuchâtel: CIES, 1999. P.29-39.

KLEIN, Marco Aurélio. O Brasil e seus desafios rumo à modernidade dos eventos esportivos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 47-62.

**Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Escola de Educação Física**. – Porto Alegre, UFRGS, 2011.

MAZO, Janice Zarpellon. “Universidade de 63”: Qual o Legado Para a Cidade de Porto Alegre? In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 429-430.

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luís Henrique; DaCOSTA, Lamartine P. Em busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 117-120.

MESQUITA, Roberto Maluf de. Megaeventos Esportivos e legado: os jogos olímpicos de Atenas – 2004. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 133-144.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política Nacional do Esporte**. Resolução nº. 05 do Conselho Nacional do Esporte – CNE, de 14 de junho d 2005.

MORAGAS, M. e BOTELLA, M. **Lãs claves del êxito: Impactos sociales, deportivos, econômicos y comunicativos de Barcelona 92**. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte de la Universidad Autónoma de Barcelona, Comitê Olímpico Espanõl, Museo Olímpico de Lausana e Fundación Barcelona Olímpica, 1995.

NOLL, R. G.; ZIMBALIST, A. Build the Stadium – Create the Jobs. In: Noll, R.G. & A. Zimbalist (Eds.) **Sports, Jobs and Taxes: The Economic Impact of Sports Teams and Stadiums**. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997.

OLIVEIRA, Ailton Fernando Santana de. Gestão do Conhecimento Para Organização de Coleta de Dados em Megaeventos Esportivos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 407-411.

PETERSEN, Wagner; REPPOLD, Alberto Reinaldo. **Impacto Econômico gerado por megaeventos esportivos – revisando a literatura**. Congresso Mercosul de Cultura Corporal e Qualidade de Vida (4.: 2004 : Ijuí) Anais .... Ijuí: Unijuí, 2004. 1 p.

POYNTER, Gavin. Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. Tradução de Fernando Telles Ribeiro. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 121-151.

PREUSS, Roger. Aspectos Sociais dos Megaeventos Esportivos. Tradução de ANDRADE, Gabriel Vinicius Moraes de; SILVA, Elisa Martins da. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 13-35.

PREUSS, Roger. **The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies**. Journal of Sport and Tourism, 2007. P. 207-227.

**Proposta Estratégica de Organização Turística Copa do Mundo 2014**. Ministério do Esporte, 2008. P. 1-19.

RAEDER, Sávio. **Jogos & cidades: Ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

REIS, Arianne Carvalhedo. Megaeventos e Turismo: uma Breve Revisão. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 509-517.

REPPOLD, Alberto Reinaldo. Regeneração Urbana e Direitos do Cidadão: o caso dos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 175-188.

RIBEIRO, Fernando Telles. Legado de Megaeventos Esportivos Sustentáveis: A Importância das Instalações Esportivas. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 107-116.

RIBAS, Paulo Roberto. Planejamento dos Jogos Mundiais Militares 2011 – Rio de Janeiro: Memória Resumida de Edições Passadas e da Campanha da Candidatura Vencida pelo Brasil. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 541-551.

RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhaes. Subsídios para pensar os legados de megaeventos esportivos em seus tempos presente, passado e futuro. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 21-25.

SEIXAS, Thiago. **Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsele**. Porto: Universidade do Porto, 2010. 204f. Dissertação (Mestre em Ciências do Desporto) - Faculdade do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2010.

SILVA, Fabio Silvestre da. Responsabilidade do Terceiro Setor na mediação das parcerias Públicos Privadas nos Megaeventos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 37-46.

TAVARES, Otávio. Instalações temporárias do Pan Rio 2007: possíveis legados. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 77-87.

VEERMAN, Cris Costa. Educação Olímpica com Base na Proteção do Meio Ambiente – Experiência de Megaeventos Olímpicos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 507-508.

VILLANO, Bernardo; TERRA, Rodrigo. Definindo a Temática de Legados de Megaeventos Esportivos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 103-105.

WACKER, Christian e WACKER, Márcia De Franceschi Neto. A produção da Memória nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Copa do Mundo de Futebol de 2006 na Alemanha. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 417-420.

## ANEXOS

I - Matriz de Responsabilidade de Porto Alegre, firmada no dia 13 de janeiro de 2010.

### **MATRIZ DE RESPONSABILIDADES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS ENTES FEDERATIVOS ABAIXO NOMINADOS COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior**, RG nº 319.902.404 – SSP/BA e do CPF nº 565.244.555-68; o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situado na Praça Marechal Deodoro, s/nº, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pela sua Governadora, Senhora **Yeda Rorato Crusius**, RG nº 7006016358 SSP/RS e do CPF nº 154.198.190-15; e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, situada na Praça de Montevideú, 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92963560/0001-60, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor **José Alberto Fogaça de Medeiros**, RG nº 300415537-4 SSP/RS e do CPF nº 063.015.250-00,

#### **CONSIDERANDO QUE:**

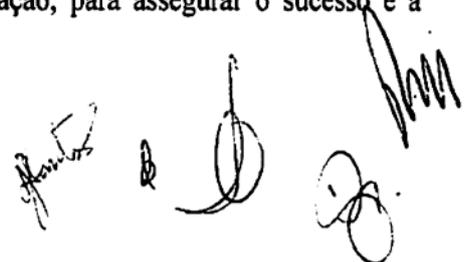
I – A Copa do Mundo FIFA 2014 será um dos maiores eventos esportivos do mundo, com a participação de atletas e técnicos representando 32 países, e que será realizada no período de junho a julho de 2014, em data a ser fixada pela FIFA;

II – O Brasil, em 30 de outubro de 2007, foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e (juntas denominadas “Competições”);

III – Foi assinado um Termo de Compromisso entre o Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (“Comitê Organizador”), pessoa jurídica de direito privado, reconhecido pela FIFA, constituído com o objetivo de zelar pela observância de todas as obrigações e prazos inerentes à organização das “Competições”, e cada uma das “Cidades Candidatas”, pelo qual as cidades selecionadas à sede das “Competições” se comprometeram a firmar os instrumentos necessários à conjunção de esforços entre os Entes Federativos para definição de prioridades, prazos e responsabilidades relativos aos empreendimentos relacionados às “Competições”;

IV – Das 18 (dezoito) cidades candidatas, 12 (doze) cidades foram selecionadas como Cidades-Sede (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador); e

V – Há necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, para assegurar o sucesso e a realização das “Competições”;



## **RESOLVEM:**

Firmar a presente **Matriz de Responsabilidades** com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das “Competições”, sob o regime de mútua cooperação, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Instrumento tem por objeto a definição da Matriz de Responsabilidades de cada um dos seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização das “Competições”, por meio das ações constantes dos documentos Anexos e futuros Termos Aditivos, partes integrantes desta Matriz de Responsabilidades.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES**

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto da presente Matriz de Responsabilidades, bem como implementar as ações previstas e referenciadas nos Anexos e seus futuros Aditivos, observando suas competências institucionais e o disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES**

I - Compete ao Estado e/ou ao Município, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos Anexos, executar e custear as intervenções associadas às “Competições” e expressas nesta Matriz, referente a:

- i) Mobilidade Urbana;
- ii) Entorno dos estádios;
- iii) Entorno de aeroportos; e
- iv) Entorno de terminais turísticos portuários.

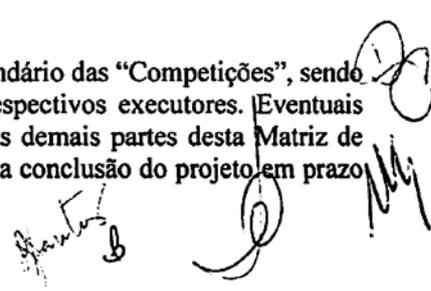
II - Compete à União executar e custear as intervenções em:

- i) Aeroportos: terminais de passageiros, pistas e pátios; e
- ii) Portos: terminais turísticos.

III - A União oferecerá aos entes e aos proprietários dos estádios a possibilidade de contratar financiamento a intervenções em Estádios e Mobilidade Urbana, nas condições estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional, exigindo do tomador de recursos adequação e satisfação com estas e outras condições requeridas para a assinatura do contrato de financiamento.

IV - Os Estados e Municípios deverão observar rigorosamente a legislação específica para a contratação de operações de crédito, em especial, mas não se limitando às seguintes normas: Lei Complementar 101/2000 e Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001. Os Estados deverão incluir as referidas operações de crédito nos seus respectivos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

V - Os projetos destacados nos anexos são compatíveis com o calendário das “Competições”, sendo sua conclusão em tempo hábil responsabilidade exclusiva dos respectivos executores. Eventuais atrasos de cronograma deverão ser imediatamente comunicados às demais partes desta Matriz de Responsabilidades, assim como as providências identificadas para a conclusão do projeto em prazo



compatível com as “Competições”. Caso os atrasos previstos tragam prejuízos às “Competições”, o executor deverá indicar as medidas mitigadoras e se responsabilizar por sua implementação, inclusive financeiramente, de modo a minimizar o impacto esperado nas “Competições”.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES**

I – As ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades não são exaustivas, sendo que todas as alterações e complementações necessárias serão consolidadas mediante assinatura de Termos Aditivos.

II – Os partícipes atestam seu comprometimento com todas as cláusulas e disposições da presente Matriz de Responsabilidades e futuros Aditivos, empenhando os recursos possíveis a seu alcance.

III – É obrigatória a publicação desta Matriz de Responsabilidades pelos signatários deste Documento.

IV – Os prazos estipulados nos Anexos pressupõem a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão da obra.

V – Todos os documentos que se fizerem necessários à execução das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Anexos serão considerados partes integrantes deste Instrumento.

VI – Os partícipes deverão indicar as fontes orçamentárias utilizadas no custeio de todas as ações relacionadas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

VII – Outras ações voltadas à realização das “Competições”, que não estejam previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, poderão ser executadas pelos signatários, desde que custeadas por receitas provenientes exclusivamente de seus orçamentos próprios, parcerias ou patrocínios.

VIII – Com a preocupação de viabilizar ao máximo os investimentos, os partícipes poderão optar por qualquer modelo de contratação, sempre de acordo com a legislação específica.

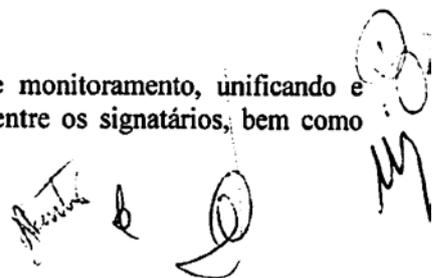
IX – Deverão ser discriminados meios eficazes para o gerenciamento e a fiscalização dos projetos de empreendimentos e dos investimentos realizados, inclusive por meio de terceiros especialmente contratados para este fim, permitindo-se o monitoramento do cumprimento dos prazos de execução e do atendimento aos requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

X – Caberá aos signatários indicar interlocutores oficiais, que comporão o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, a fim de centralizar e uniformizar as informações relativas às ações previstas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

XI – As responsabilidades dos signatários não se limitam às previstas nesta Matriz de Responsabilidades, estendendo-se àquelas decorrentes de compromissos assumidos perante a FIFA e/ou o “Comitê Organizador”.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO**

Caberá à União a criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento, unificando e uniformizando um canal de informação para interlocução direta entre os signatários, bem como

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'M' and several smaller initials and scribbles.

para consulta e fiscalização de todas as ações por órgãos de controle do Governo Federal, Estados, Municípios, Distrito Federal e por toda a sociedade.

**Parágrafo único.** Os signatários se obrigam a disponibilizar todas as informações necessárias à alimentação e atualização do sistema, inclusive aquelas realizadas exclusivamente com recursos próprios.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO COMITÊ PARA A COORDENAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO**

Os interlocutores oficiais indicados na forma do inciso X da Cláusula Quarta constituirão comitê que se responsabilizará pela coordenação e consolidação das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A liberação de quaisquer recursos financeiros previstos nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, somente será efetivada após a assinatura do presente Instrumento.

§ 1º Os signatários da presente Matriz de Responsabilidades não estão eximidos de cumprir demais exigências necessárias à obtenção de recursos, inclusive de firmar compromissos, convênios e contratos.

§ 2º A contrapartida ao financiamento oferecido pela União é de responsabilidade exclusiva do Tomador, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

§ 3º Eventual alteração no orçamento, que gere a necessidade de aporte de recursos superior ao previsto nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, será de responsabilidade exclusiva da parte executora do empreendimento, devendo a União ser imediatamente informada da elevação de custos.

§ 4º Para a execução das atividades pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades e eventuais Termos Aditivos que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar rigorosamente a legislação pertinente, em especial, mas não se limitando às seguintes Leis: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e Lei Complementar 101/2000.

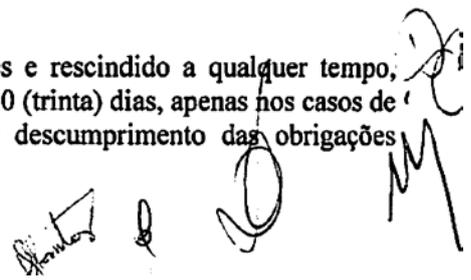
#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES**

A presente Matriz de Responsabilidades vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por acordo dos partícipes.

**Parágrafo único.** A alteração ou complementação da presente Matriz de Responsabilidades ocorrerá a qualquer tempo, por acordo dos partícipes, mediante a celebração de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente Instrumento poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, apenas nos casos de exclusão do país ou cidades-sede das "Competições" ou de descumprimento das obrigações pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades.



**Parágrafo único.** A exclusão da cidade-sede, por qualquer motivo que seja, desobrigará os signatários das responsabilidades previstas nos Anexos e Termos Aditivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES**

As comunicações entre as partes havidas no âmbito deste Instrumento poderão ser realizadas por quaisquer meios eletrônicos e/ou telegráficos, tais como: mensagem eletrônica, fac-símile, videoconferência, entre outros.

**Parágrafo único.** Especificamente no que tange às notificações para cumprimento de eventuais obrigações não concluídas no prazo assinalado nesta Matriz, a comunicação deverá ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Os casos omissos e/ou situações contraditórias desta Matriz de Responsabilidades deverão ser resolvidos administrativamente entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando-se prazo para resposta. Todas as questões que não puderem ser resolvidas desta forma serão dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal, ou, no caso do Município partícipe, pelo Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

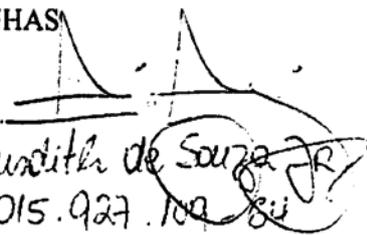
Brasília, 13 de janeiro de 2010.

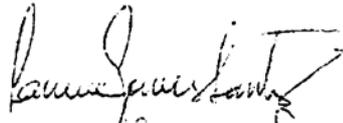
  
**ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR**  
Ministro de Estado do Esporte

  
**YEDA RORATO CRUSIUS**  
Governadora do Estado do  
Rio Grande do Sul

  
**JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS**  
Prefeito Municipal de Porto Alegre

TESTEMUNHAS

  
NOME: Jurdith de Souza Jr  
CPF: 015.927.109/80

  
NOME: Luene Gomes Santos  
CPF: 822 070.544 - 87